

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO

WELINGTON JOSÉ LAMBURGINI

A PROPRIEDADE PRIVADA E O REGIME DE TERRAS NO BRASIL:
APONTAMENTOS SOBRE AS FORMAS JURÍDICAS DE
APROPRIAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CACOAL – RO

2018

WELINGTON JOSÉ LAMBURGINI

**A PROPRIEDADE PRIVADA E O REGIME DE TERRAS NO BRASIL:
APONTAMENTOS SOBRE AS FORMAS JURÍDICAS DE
APROPRIAÇÃO**

Monografia apresentado ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação da professora Dr^a. Neiva Cristina de Araújo.

CACOAL - RO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

L227 Lamburgini, Welington Jose.

A propriedade privada e o regime de terras no Brasil: apontamentos sobre as formas jurídicas de apropriação / Welington Jose Lamburgini. -- Cacoal, RO, 2018.

81 f.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Neiva Cristina de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Propriedade privada. 2. Colonização. 3. Latifúndio. 4. Posses. 5. Fundiária. I. Araújo, Neiva Cristina de. II. Título.

CDU 347.235

Bibliotecário(a) Naiara Raíssa da Silva Passos

CRB 11/Nº891

WELINGTON JOSE LAMBURGINI

**A PROPRIEDADE PRIVADA E O REGIME DE TERRAS NO BRASIL:
APONTAMENTOS SOBRE AS FORMAS JURÍDICAS DE APROPRIAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR - Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora Dr. Neiva Cristina de Araújo – UNIR - Presidente

Professor M.e Silvério dos Santos Oliveira - UNIR - Membro

Professora Dra. Maria Priscila Soares Berro - UNIR - Membro

Conceito: 81

Cacoal, 05 de julho de 2018

À Stela e Gustavo.
***In Memoriam* de Rodrigo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meu pais pelo empenho, que sob o sol amazônico me possibilitaram as condições mínimas para a vida. Do labor da enxada ao diploma. Que nossa saga camponesa nunca seja esquecida.

Aos amigos e colegas de faculdade pelo convívio e diálogos. Com todos aqueles com quem convivemos, que de uma forma ou outra contribuíram na construção do aprendizado.

Aos colegas de trabalho do DER pela colaboração.

Aos companheiros e companheiras de luta e militância da Via Campesina pela solidariedade de espírito e alento de utopia. A quem, também dedico este trabalho. À toda equipe da Comissão Pastoral da Terra que, mesmo fazendo escuro, insistem no grito e no canto da denúncia e do anúncio.

As Renapias e Renapias que dioturnamente oxigenam a prática jurídica popular na luta pela verdadeira justiça. Pelos sacrifícios, pelos sorrisos e sonhos compartilhados.

Aos mestres que desde os primeiros passos na alfabetização escolar insistem na teimosa tarefa de construir seres humanos. Obrigado. Aos mestres da universidade, obrigado. Ao amigo e professor Afonso por toda a contribuição sobre a questão agrária.

A Rafaella pelo companheirismo nesta empreitada.

Aos camponeses por não recuarem em luta por justiça e dignidade plena.

“No lugar que havia mata,
hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro
só pra lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como aves de arribação
Zé de Nana tá de prova
naquele lugar tem cova,
gente enterrada no chão.
Pois mataram o índio, que matou grileiro
que matou posseiro
disse o castanheiro para o seringueiro
que o estrangeiro roubou seu lugar.”

Vital Farias, Saga da Amazônia

RESUMO

O presente trabalho trata de estudo bibliográfico, instrumentalizado pelo método dedutivo e dialético para análise do fenômeno da formação da propriedade privada, sua concepção na antiguidade clássica de Roma e Grécia, a forma como se instalou e evoluiu no Brasil colônia e o processo de colonização dirigida no Estado de Rondônia. O estudo enfoca a compreensão do efeito causado pela formação da propriedade privada da terra como marco determinante da relação da sociedade de classes, assim como sua percepção na visão da doutrina civilista e constitucionalista. Analisa a transposição do instituto jurídico lusitano da sesmaria para a colônia e seus efeitos adversos, resultando na constituição do latifúndio, assim como o efeito da posse na transferência das terras públicas para o patrimônio privado através de processos de regularização fundiária que consolidaram a configuração concentrada da terra. Neste processo, a colonização dirigida como política estatal na Amazônia, diferindo os colonização de reforma agrária, como determinantes de conflitos agrários como expressão da reprodução recente da colonialidade excludente no campo. A regularização fundiária de enfoque patrimonialista em áreas públicas concedidas e inadimplentes se caracteriza como medida de convalidação de práticas de grilagem de terras e aumento da violência no campo, razão pela qual se justifica a manutenção das ações judiciais de retomada ao patrimônio público das mesmas.

Palavra-chave: Propriedade privada. Colonização. Latifúndio. Regularização fundiária

ABSTRACT

The present work deals with a bibliographic study, instrumented by the deductive and dialectical method for analyzing the phenomenon of the formation of private property, its conception in the classical antiquity of Rome and Greece, the way in which it settled and evolved in Brazil colony and the process of directed colonization in the State of Rondônia. The study focuses on the understanding of the effect caused by the formation of private land ownership as a determining factor in the relation of class society, as well as its perception in the view of civil and constitutionalist doctrine. It analyzes the transposition of the Lusitanian legal institute of the sesmaria to the colony and its adverse effects, resulting in the constitution of the land property, as well as the effect of the possession in the transfer of the public lands to the private patrimony through processes of land regularization that consolidated the concentrated configuration of the Earth. In this process, the colonization directed as state politics in the Amazon, differing the colonization of agrarian reform, as determinants of agrarian conflicts as an expression of the recent reproduction of the exclusionary coloniality in the countryside. The land regularization of patrimonialist approach in public areas granted and defaulted is characterized as a measure of validation of practices of land grabbing and increased violence in the field, which is why it justifies the maintenance of lawsuits for resumption of public patrimony.

Keyword: Private property. Colonization. Land property. Land regularization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DA PROPRIEDADE PRIVADA. APONTAMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	11
1.1 A PROPRIEDADE PRIVADA	11
1.2 QUESTÃO DA TERRA NA ANTIGUIDADE GRÉCIA	13
1.3 ROMA E A IDADE MÉDIA	18
1.4 DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO. APONTAMENTO GERAIS.....	19
1.5 A PROPRIEDADE NA CONCEPÇÃO JURÍDICA. APONTAMENTOS CIVILISTAS E CONSTITUCIONALISTAS CONTEMPORÂNEOS	25
2 BREVE PANORAMA DOS REGIMES DE TERRA NO BRASIL. DAS SESMARIAS AO ESTATUTO DA TERRA.....	32
2.1 DO REGIME DE SESMARIAS	33
2.2 DO REGIME DE POSSES	46
2.3 APONTAMENTOS SOBRE O REGIME DE POSSES NO SÉCULO XIX	52
3 COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NA AMAZÔNIA LÉGAL.....	62
3.1 OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA.....	66
3.2 COLONIZAÇÃO DIRIGIDA DE RONDÔNIA.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico trata-se de estudo de revisão bibliográfica, pautada pelo método da pesquisa histórica, buscando a compreensão do fenômeno da formação da propriedade privada e suas intersecções com a questão agrária, percorrendo a análise do desenvolvimento do apossamento e apropriação privados da terra em diferentes tempos e regiões, e que convergiram na influência destes institutos no processo de colonização na Amazônia Legal.

Busca compreender o complexo das relações sociais, a partir da apropriação da terra, perpassa como ponto de partida para a compreensão da formação do empreendimento Brasil, analisando a forma com se operacionalizou a transposição de institutos jurídicos da tradição lusitana monárquica, destacando a desconfiguração destes institutos em terras recém colonizadas. Ademais, neste processo, se destaca o protelamento de direitos dos habitantes que já ocupavam, afastando, em relação aos mesmo ao ser instituído, como política de colonização, o regime de sesmarias. Neste ensejo, como se operou a evolução da propriedade na tradição nacional. Ademais, se buscou analisar a compreensão civilista e constitucionalista acerca do fenômeno da propriedade privada.

No mesmo ensejo, se buscou analisar a forma como se operou o fenômeno do regime de posses com a transição do período imperial ao republicano e os impactos da Lei de Terras de 1850. Destaca-se, neste período, a forma de expansão do latifúndio ante o encerramento do regime de concessão e a lacuna legislativa fundiária no século XIX .

Por destarte, a análise dos processos de povoamento e colonização de Rondônia, com destaque para a implementação da Colonização Dirigida na década de 1970, como guinada ao aspecto público das iniciativas de colonização e os consequentes desta política, em especial quanto à regularização fundiária e as ações de retomada de terras públicas licitadas nesta década e que restaram em inadimplência por descumprimento cláusulas de concessão. Diante do cenário de conflitos sociais pela posse da terra, ante a ausência de política eficiente de

Reforma Agrária, este estudo pretende, sucintamente, analisar o processo de surgimento e evolução do fenômeno da propriedade privada, com ênfase na propriedade privada da terra e a evolução dos regimes de posse no Brasil.

1 DA PROPRIEDADE PRIVADA. APONTAMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária, tão presente nos debates acadêmicos e conflitos sociais, muitos dos quais sangrentos, faz com que seja necessário debruçar sobre a pesquisa para melhor compreender alguns dos institutos políticos e jurídicos e sociais que permeiam este dilema nacional. Recentemente o Brasil tem sido palco dos mais diversos conflitos agrários, com a participação de agentes do Estado como agentes privados nacionais e internacionais, de um lado; posseiros, extrativistas, camponeses, Sem Terras e peões de outro.

Neste cenário, os conflitos agrários se articulam com os crimes ambientais, a presença da escravidão moderna, a agressão aos territórios tradicionais e demandados por povos tradicionais ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas. Os povos das florestas. Esta é o ponto de referência deste texto.

1.1 A PROPRIEDADE PRIVADA

Analizando o surgimento e evolução de algumas das instituições basilares da sociedade ocidental, Friedrich Engels (1820-1895), em sua obra “*A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, descrevendo o processo de transição do compartilhamento da propriedade de seu aspecto comunitário para a apropriação privada destaca que “[...] a diferença de riqueza entre os diversos chefes de família destruiu as antigas comunidades domésticas comunistas, em toda parte onde estas ainda subsistiam; acabou-se o trabalho comum da terra por conta daquelas comunidades.” (ENGELS, 2012, p. 206)

Este processo marcaria a transição estrutural da propriedade comunitária para a propriedade privada da terra, já que a propriedade de escravos já coexistia com o compartilhamento comunitário da terra. A propriedade escrava teria sido precedida da expansão da população destas tribos, o que as levava à busca de territórios. As guerras decorrentes desta expansão primitiva das tribos resultavam no aprisionamento de guerreiros e de tribos vencidas que passavam a integrar os grupos na condição de escravos.

O crescimento da produção, fruto da mão de obra escrava, resultaria na diferença de riqueza apontada por Engels, (2012), o que significaria o salto essencial para o surgimento da propriedade privada da terra. Acerca de tal aspecto, frisa:

A terra cultivada foi distribuída entre as famílias particulares, em princípio por tempo limitado, depois, para sempre; a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica

da sociedade. (ENGELS, 2012, p. 206).

Engels (2012, p. 208) divide em três períodos históricos a fase primitiva da sociedade, como sendo períodos de barbárie.

No período inferior,

[...] os homens produziam somente para as suas necessidades diretas; as trocas reduziam-se a casos isolados e tinham por objeto os excedentes obtidos por acaso. Na fase média da barbárie já nos defrontamos com uma propriedade em forma de gado, entre os povos pastores, e, quando os rebanhos são bastante grandes, com uma produção com excedente regular sobre o consumo próprio; ao mesmo tempo verificamos uma divisão do trabalho entre os povos pastores e as tribos mais atrasadas, que não tinham rebanhos; e daí dois diferentes graus de produção coexistindo, o que implica em condições para uma certa regularidade de troca. A fase superior da barbárie nos traz uma divisão ainda maior do trabalho: a divisão entre a agricultura e o artesanato; e daí a produção cada vez maior de objetos fabricados diretamente para a troca, e a elevação da troca entre produtores individuais à categoria de necessidade vital da sociedade.

A consolidação e aumento das mencionadas divisões do trabalho, acentuam o contraste entre a cidade e o campo. Tal contraste permitiu à cidade dominar economicamente o campo no período conhecido como antiguidade, ou o campo dominar a cidade, naquele que ficou conhecido como Idade Média ou feudalismo. Nesse período se acrescenta uma terceira divisão do trabalho que não se ocupa mais da produção, tal como os camponeses ou artesãos, e sim da troca de produtos, conhecidos como comerciantes. Com o desenvolvimento e expansão de sua atividade, denominado na história econômica como mercantilismo, proporcionou as condições materiais de acumulação de capital, as grandes navegações e o início do capitalismo.

Somadas as riquezas em mercadorias e escravos, na antiguidade, aparece a riqueza em terras.

[...] A posse de parcelas do solo, concedida primitivamente pelas gens ou pela tribo aos indivíduos, fortalecera-se a tal ponto que a terra já podia ser transmitida por herança.(...) A propriedade livre e plena do solo significava não só a posse integral do mesmo, sem nenhuma restrição, como, ainda, a faculdade de aliená-lo. Essa faculdade não existiu quando o solo era propriedade da gens. (ENGELS, 2012, p. 210).

A supressão da propriedade suprema da gens e da tribo pelo novo proprietário, em caráter definitivo, rompeu o vínculo que unia indissoluvelmente o proprietário ao solo. Essa ruptura foi melhor explicada pela invenção do dinheiro, que se inventou justamente ao tempo do advento da propriedade privada da terra.

Pela primeira vez a terra, até então concebida tão somente como solo enquanto espaço

obtenção dos meios necessários para a sobrevivência da tribo, passa à condição de mercadoria. Nesse sentido, destaca o consagrado autor “[...]a terra, agora, podia tornar-se mercadoria, podia ser vendida ou penhorada. Logo que se introduziu a propriedade privada da terra, criou-se a hipoteca (vide Atenas). Tal como o heterismo e a prostituição pisam os calcanhares da monogamia, a hipoteca adere à propriedade imóvel.” (ENGELS, 2012, p. 210), prosseguindo na argumentação,

Com a expansão do comércio, o dinheiro, a usura, a propriedade territorial e a hipoteca, progrediram rapidamente a centralização e a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico dos pobres. A nova aristocracia da riqueza acabou por isolar a antiga nobreza tribal, em todos os lugares onde não coincidiu com ela (em Atenas, em Roma e entre os germanos). E essa divisão de homens livres em classes, de acordo com seus bens, foi seguida, sobretudo na Grécia, de um extraordinário aumento no número dos escravos, cujo trabalho forçado constituía a base de todo o edifício social. (ENGELS, 2012, p. 211).

O desenvolvimento da propriedade teve sua manifestação mais plena na propriedade escrava e depois na propriedade agrária. A propriedade escrava possibilitou a disponibilidade de mão de obra para a produção dos primeiros excedentes, que depois foram convertidos em mercadoria com o desenvolvimento desta arte. Assim o apossar e guerrear passou a ter outra dimensão no mundo antigo, qual seja, o apossamento territorial com a conseqüente expansão dos limites de domínios e o destacamento em poderio de alguns grupos humanos.

1.2 QUESTÃO DA TERRA NA ANTIGUIDADE GRÉCIA

O problema da terra, ou a questão agrária, na história do ocidente se mostra em constante conflito e evolução. A questão já estava ligada com a sociedade clássica, FERREIRA (1995), quando se processavam movimentos agrários, na luta da plebe contra os patrícios e a nobreza. A literatura descreve estes conflitos no cenário da Grécia antiga.

Compreender a origem destes conflitos passa pela concepção das transições do conceito de propriedade, originalmente em sua constituição comunitária com o processo de organização da sociedade de assentamento sedentário. Os registros historiográficos e antropológicos de ausência de sentido de propriedade sobre a natureza por parte de tribos nômades em diversas regiões do mundo podem ser tomados como um dos registros basilares de que a propriedade, e seu aspecto privado, é uma construção social e que representou importante passo no processo de constituição e desenvolvimento das sociedades ocidentais.

Dissertando sobre o problema agrário na Grécia Clássica, FERREIRA (1995),

destacado doutrinador agrarista brasileiro em sua obra *Curso de Direito Agrário*, aponta o destaque histórico do apossamento dos Balcãs pelas tribos dóricas, jônicas e eólicas que se constituíram os conhecidos gregos. Citando o autor Max Beer, acerca dos dóricos da Lacônia – os espartanos – e os jônicos da Ática – os atenienses, descreve que “estes dois povos ocupam um posto de destaque nos anais do socialismo. Os espartanos e, em geral, os dóricos foram os praticantes, assim como os atenienses, e em geral os jônicos, foram os teorizantes, do comunismo e do regime econômico igualitário (Ferreira, 1995, p. 35).

Destaca o autor que, no princípio, tinham uma organização comunitária, porém, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária ampliou o desenvolvimento da propriedade privada e a expansão das cidades mudando tal forma de organização. De forma de que quando a *Ilíada* e a *Odisséia* foram escritas no século I.V a C a sociedade já estava dividida em classes, considerando que a guerra, o comércio e a navegação contribuíram muito para a alteração do Estado primitivo da Grécia. O desenvolvimento do comércio se baseava em artigos elaborados tais como armas e vasilhas de argila, além de produtos agrícolas como vinho e azeite. Ao mesmo tempo havia intenso comércio de escravos trazidos de países distantes. Este desenvolvimento comercial possibilitou aos gregos maior e mais efetiva participação na colonização que se seguia.

Nos séculos VII e VII a . C., FERREIRA, (1995, p. 36), apareceram colônias gregas na costa da Trácia, nas margens do Mar de Mármara, na Sicília e no sul da Itália. Nestes empreendimentos era rica a presença de gado, cereais e desenvolvida pesca. Outra atividade fluente era o comércio de escravos. A ramificação comercial dos gregos fez com que sua cultura tivesse influência ao norte até a Frígia, na faixa de estepe da extinta União Soviética.

Além do considerado desenvolvimento da cultura, em especial nas artes, a sociedade grega manifestava tensões internas consubstanciadas na divisão de classes de sua sociedade. Acerca desta constatação,

Já no século V o poeta Hesíodo reclamava contra a opressão dos ricos, a injustiça crescente, que são um sinal dos novos antagonismos econômicos. Termina a época feudal com a divulgação da moeda. As guerras trouxeram novas riquezas e novos hábitos. Ao fim do século VI a Grécia está a caminho do capitalismo, se essa designação histórica pode ser aplicada à época, como o fizeram Max Beer e Pohlmann. (FERREIRA, 1995, p. 37).

As tensões internas levaram as massas espoliadas à lutarem contra os proprietários, utilizando do extermínio de seus rebanhos como forma de manifestar seus protesto já que as mesmas não participavam da estrutura de decisão do Estado grego. Neste período surge a

“figura legendária da história”, Licurgo, considerado o primeiro autor de uma lei de reforma agrária. Se consigna à este legislador o primeiro diploma legislativo com características comunistas.

Sobre ele escreve Plutarco: “A.... instituição de Licurgo, talvez a mais ousada, foi a repartição das terras. Reinava naquela época em Esparta uma desigualdade extraordinária. Achava-se a cargo do Estado uma multidão de homens pobres, enquanto as riquezas afluíam a um exíguo número de famílias, o que suscitava a arrogância, a inveja, a fraude e a prodigalidade. Com o objetivo de suprimir completamente todos estes males e ainda outros muitos mais graves que o Estado sofria como consequência da riqueza e da pobreza, Licurgo persuadiu os cidadãos a que entregassem suas terras à coletividade, e repartissem de novo entre eles e vivessem juntos em uma igualdade e em uma comunidade de bens absolutos, de modo a que não buscassem outra vantagem que a virtude, e que não existissem outras desigualdades e diferenças exceto as que implicam os elogios pelas boas ações e as reprimendas pelas más. (FERREIRA, 1995, p. 37-38).

Este foi o marco da primeira ação legislativa que, pela via do Estado, buscou a redistribuição da propriedade e uso da terra como forma de enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade.

O estabelecimento da reforma agrária, com a repartição das terras dos ricos. Essa reforma produziu profundas mudanças na estruturais. Sobre a nova configuração espacial na pós implementação da reforma, destaca-se

[...] Repartiu-se toda a Lacônia, em 30 mil partes, entre seus habitantes, e as terras que circundavam Esparta, em 9 mil partes; substituiu ainda Licurgo a moeda de ouro e prata por moedas de ferro muito grandes e pesadas, que dificultavam o uso e a expansão da economia monetária. Mudou os hábitos de vida, quis abolir o comércio e a navegação, obrigou os cidadãos a comidas comuns, imaginou e criou uma nova pedagogia para educar as crianças. (FERREIRA, 1995, p. 38).

Esparta se manteve como um Estado comunista-militar, preservando a organização social escravagista, tida na época como uma instituição social. Continuando a lição sobre os registros deste período histórico, destaca o autor acerca da estrutura agrária resultante deste processo de modificação estrutural,

[...] mas Esparta conservou uma organização social escravagista, pois os Estados antigos eram todos escravagistas, a escravidão era uma instituição social do mundo de então. Da nova organização agrária só se beneficiaram as classes dominantes, os espartanos propriamente ditos, enquanto os *periecos* e os *ilotas* constituíam as classes dominadas. (FERREIRA, 1995, p. 38).

O modo como se procedeu aquela reforma na estrutura social de então, manteve os *periecos* como parte da população livre, ‘mas que pagavam tributos aos espartanos,

ocupando-se dos trabalhos rurais e da agricultura, vivendo ao lado dos muros da cidade, perto do mar.” (FERREIRA, 1995, p. 38). A não emancipação das camadas mais pobres da população resultou no fracasso da proposta original de reforma, resultando no tensionamento a relações sociais no mundo antigo. Diante da manutenção da extrema exploração, os *ilotas*, por vezes se rebelavam contra a tirania espartana, ao que eram perseguidos e assassinados em matanças coletivas chamadas ‘*kriptéias*’.

Os conjuntos de dissensões internas na Grécia levaram à luta entre Esparta e Atenas. Restando vitoriosa na Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), Esparta, até então com sua estrutura de Estado consolidada, se viu em franca decadência. Ferreira, (1995), acerca desta decadência, desta relato de Plutarco, para quem “O começo da decadência do Estado espartano remonta à época da vitória sobre os atenienses, que fez penetrar na cidade uma onda de ouro e prata...”, (FERREIRA, 1995, p. 39), e continua, destacando que o luxo, a ambição e o desenfreio da vida ocasionou na fragmentação da sociedade guerreira espartana.

Em mesma obra, FERREIRA, (1995), destaca que no ano de 245 a. C., o jovem rei Ágis IV, membro da monarquia espartana, tentou retornar à legislação de Licurgo. Em resposta, a oligarquia dominante o prendeu e o condenou à morte por estrangulamento.

Em tempo, no reino de Atenas ainda predominava a legislação de Licurgo. Mantendo a nobreza o poder, o Estado expropriava os camponeses, que por sua vez se rebelavam (FERREIRA, 1995). Um dos juristas de destaque deste período é Drácon. Este fora encarregado pela nobreza para elaborar uma legislação em resposta à rebelião dos camponeses. Contudo, esta resultou ainda mais opressiva para os humildes. Ferreira, 1995, descreve citação de Michulin, que destaca a ausência de legislação escrita em Atenas até então. Os julgamentos se davam de acordo com a tradição. Os *eupátridas* detinham o controle da justiça em suas mãos, manejando o sistema de acordo com os seus interesses de classe.

A pressão social do povo fez com que os *eupátridas* fizessem concessões. Assim, destaca que no ano de 651 a.C, Drácon fora encarregado de codificar as leis escritas. Com isso, foram estabelecidas,

[...] penas severas para castigar os delitos contra a propriedade. Até o menor roubo se aplica a pena de morte. Mais tarde, a expressão ‘leis de Drácon’ tornou-se sinônima de brutalidade, dizendo-se que uma lei é draconiana quando é muito severa. Assim, apesar de passarem a ter leis escritas, a situação do *demos* não melhorou. Por isso, não cessavam os distúrbios. (FERREIRA, 1995, p. 39)

Os constantes distúrbios forçaram os *eupátridas* realizarem novas concessões, resultando no que veio se chamar de legislação de Sólon. Este era líder popular, (FERREIRA,

1995, p. 40), que, em 594 a.C., em face das ameaças de revolução da plebe, idealizou uma legislação mais humana. “Com isso, fora eleito primeiro *arconte*, estabelecendo a paz entre a aristocracia e o *demos* através de medidas revolucionárias.” Em sua reforma Sólon

[...] realizou uma grade reforma política e econômica, suprimiu as hipotecas que pesavam sobre a terra e proibiu a escravidão por dívidas. Dividiu de outro lado o corpo dos cidadãos, segundo uma constituição censitária, de acordo com as rendas de suas terras, e distribuído em quatro classes: 1.º os grandes proprietários; 2.º os cavaleiros; 3.º os pequenos cultivadores; 4.º os jornaleiros. Somente os primeiros podiam ser admitidos às altas funções do Estado, os da segunda e terceira classes, às funções subalternas. Os da última classe apenas tinham o direito de assistir às assembleias populares, eram jurados, mas, em compensação, não pagavam impostos. O resto da população se constituía dos estrangeiros ou *metecos* e dos escravos, que não possuíam nenhum direito. (FERREIRA, 1995, p. 40).

Mesmo esta reforma não contemplou plebeus nem a nobreza. Com o prosseguimento dos tumultos, se seguiu a obra de Clístenes no ano 509 a.C.. Este é contemporâneo da ascensão de Atenas como grande cidade grega, com elevado desenvolvimento de sua arquitetura, filosofia e cultura. Tal desenvolvimento a transformou em importante pólo de navegação, deixando de ser um Estado agrícola e se transformando em potência marítima. Com esta transformação, a população passou depender do transporte de trigo para se alimentar. A dependência do comércio alterou a configuração política interna.

FERREIRA, (1995, p. 41), registra que “[...] os grandes proprietários se converteram em capitalistas e viveram de suas rendas daí por diante, confiando os seus empreendimentos agrícolas a administradores que trabalham com a ajuda de escravos.” Tal transformação, alterou substancialmente a forma como tiveram que se comportar os trabalhadores livres. A partir de então, tiveram de lutar simultaneamente contra o capitalismo e contra a concorrência do trabalho escravo. Acerca da propriedade agrária neste período, se destaca o registro de J. Toutain, para quem

[...] a princípio a propriedade rural, na Tessália, na Grande Grécia, na Ática, na Élide, estava bem dividida. A maioria dos imóveis rurais tinha uma extensão de 6 a 50 hectares; eram propriedades médias, existindo também um sem-número de pequenas propriedades, abaixo de 6 hectares. Era uma exceção o latifúndio de Fenipo, na Ática, com 300 hectares. A situação se repetia nas ilhas do Mar Egeu, como Tenos e Quios, nas cidades da Grécia asiática, em Helicarnasso e Iasos: a terra estava dividida em pequenos lotes. Aristóteles dizia que ninguém era miserável. Exceto os escravos, acrescentamos. Depois essa situação muda profundamente, com o advento do latifúndio, como desenvolvimento do capitalismo e da escravidão. (FERREIRA, 1995, p. 41).

Mesmo com uma configuração agrária onde existia a pequena propriedade agrária, a

sociedade grega se baseava na democracia escravista, com a provisão de escravos de saques, pirataria e guerras. A manutenção de parcela cativa da população não amenizou as tensões sociais na Grécia.

1.3 ROMA E A IDADE MÉDIA

A questão agrária em Roma se desenvolveu de forma vívida. A questão da terra esteve presente como elemento central da formação do Estado de Roma. Formada, inicialmente, por uma organização gentílica, a cidade era formada pela população nativa, os patrícios. Como sociedade de origem comunitária, em princípio, os patrícios não detinham a propriedade privada da terra, (FERREIRA, 1995) que pertencia à comunidade. As famílias detinham pequeno lote, jardim ou quinta.

Por outro lado, aqueles que não se incluíam entre os patrícios, formavam a plebe. Estes eram conhecidos como plebeus. Acerca destes, “[...] eram livres, mas não tinham o direito dos cidadãos, nem tampouco de usar a terra comunal, sendo proibido o casamento entre patrícios e plebeus. A plebe vivia numa posição opressiva por falta de terras, havia a prisão por dívidas, e o devedor que não as pagasse poderia ser acorrentado pelo credor, em casa, durante 60 dias.” (FERREIRA, 1995, p. 44)

Tendo como principais sujeitos de classe, plebeus e patrícios, Roma vivenciou a luta pela posse da terra desde o começo de sua história. Durante a monarquia, os plebeus lutavam ‘pela posse da terra, pela eliminação da prisão por dívida e pela conquista dos direitos políticos’(FERREIRA, 1995). Após a queda desta, a luta se trava entre plebeus e patrícios. O período republicano, marca as tentativas de Licínio e Sêxtio em determinar o limite da propriedade da terra ‘em 500 jeiras (cerca de 1,4 hectares) de terra pública’ (Ferreira, 1995, p. 44). Ademais, neste período ocorreram tentativas de dar mais poder aos plebeus. Com as guerras de conquista, os plebeus atingiram situação mais vantajosa.

O desenvolvimento do império converteu Roma e o Estado agrícola em grande potência mundial. Roma passa a ser a capital financeira, política e mercantil do mundo com grande afluência de metais preciosos e escravos (FERREIRA, 1995). A nova estrutura, tal como na Grécia, se baseava na presença da prática da escravidão. Ademais, se desenvolveu grande concentração de riquezas nas mãos de pequeno grupo, gerando distorções gigantescas na estrutura da sociedade. Ante este cenário, se seguiram diversas revoltas de escravos, os quais eram a base da agricultura romana.

As tensões formadas por estas rebeliões, tendo especial destaque as revoltas de

Esparta e a sublevação de escravos na Sicília, alguns personagens reformadores receberam destaque. Dentre eles, Ferreira, (1995, p. 45-46), menciona os Gracos e Catilina, que defendia mais liberdade aos plebeus frente o poder da oligarquia e fora combatido por Cícero; Caio Graco e Tibério, sendo este eleito tribuno do povo, em 134 a.C., se destacando ao propor a restrição da quantidade de terras públicas que cada cidadão poderia ocupar. O projeto de lei “[...] limitava a posse de terras fiscais em 500 jeiras (algo em torno de 1,4 hectares) por chefe de família e não mais de 250 para cada filho maior”. Estas terras não poderiam ser vendidas, porém era permitido o arrendamento. O projeto fora vetado por um dos tribunos, findando, após diversas intrigas, no assassinato do mais velho dos Gracos.

Por volta do ano de 123 a.C., Caio Graco, segundo Ferreira (1995) também “eleito tribuno do povo, fez aprovar a lei do pão, segundo a qual o povo recebia pão dos armazéns do Estado a preços baixos, com o que colocou a população pobre do seu lado.” Contudo, teve o mesmo destino de seu irmão. A aristocracia romana, baseada na estrutura latifundiária e na escravidão, findou aniquilando a estrutura política de Roma pela incapacidade de reação frente a invasão dos povos nórdicos e as contradições que se acumularam internamente levando à substituição do escravismo pela servidão da plebe.

Com a queda de Roma, o mundo ocidental passou por profundas reorganizações. Na Europa, dezenas de monarquias ascenderam ao poder. Um novo elemento determinou a estrutura da sociedade neste período, o poder sem precedentes da Igreja Católica. O poder temporal da Igreja, restava ao papa, como sua maior autoridade, poderes que transcendiam as monarquias. Nesta conjuntura o velho continente se lançará na expansão comercial, de cujos empreendimentos, a colonização das Américas se desponha como o maior marco.

1.4 DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO. APONTAMENTO GERAIS

Consolidado o instituto e o sentido da propriedade, alguns grupos sociais começaram a aplicação desta nova forma de compreender e lidar com o entorno com a demarcação dos limites territoriais, agora em uma perspectiva privada e não mais comunitária. A delimitação passou a ser definida não mais pela necessidade da caça, pesca ou extrativismo, mas pela formação do sentido de seu, de apropriação. Esta primeira forma de cercar o espaço do solo dá início à questão agrária.

Uma das perspectivas para analisar a questão agrária é a observação de seu aspecto interdisciplinar dentro das ciências humanas. A compreensão de seus principais institutos perpassa, necessariamente, pela revisita às reflexões de cunho histórico e de conceituação

geográfica, em especial da geografia agrária. Nesse sentido, destaca-se a conceituação de Fernandes, (2013) que entende

a questão agrária como um problema produzido por um sistema político-econômico hegemônico. Portanto, a questão agrária não é somente um problema do capitalismo, mas também dos sistemas que o precederam por subalternizaram (sic) e provocaram a destruição do campesinato, como podemos ler nas obras de Mazoyer e Roudart, 2001; Duby, 1999; Franco, 1999; Chevitarese, 2000, Chonchol, 1994 e Oliveira, 2007, que analisaram diversos temas da história da agricultura, campesinato e questão agrária, desde sociedades escravistas, feudal e capitalista. E também há uma questão agrária no socialismo. (FERREIRA, 2013, p. 25-26).

E acrescenta, conceituando, ainda, sobre o tema na atualidade

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contrário das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade. (FERREIRA, 2013, p. 28)

Prosseguindo, sobre a questão agrária nos países socialistas, destaca o autor, sobre suas missões de trabalho e estudos em Cuba, quando observou “[...] os problemas agrários gerados pelas empresas estatais que assalariavam os camponeses ou da medida do governo em limitar a área e o número de assalariados permanentes e temporários que um camponês poderia ter, exatamente, para evitar que virasse um capitalismo.” (FERREIRA, 2013, p. 27)

Embora a temática da questão agrária, como conceito síntese, que explica os problemas ligados ao meio rural, em especial acerca dos conflitos pela propriedade privada da terra, Silva (2013, p. 138) salienta a necessidade da compreensão com base em dois aspectos fundamentais

[...] a) como as sociedades, ao longo do tempo, organizam a posse e o uso da terra; e b) como as sociedades organizam a produção de suas necessidades ao longo do tempo (alimentos, vestuários, ferramentas etc.). De acordo com Stedile (2012), tanto o item *a* quanto o *b* são determinados pelo modo de produção hegemônico. Logo, a questão agrária tende a ter seus aspectos fundantes alterados de acordo com a configuração dos modos de produção.

A alteração do domínio da propriedade da terra, perpassou por formas que aumentaram seu aspecto privado. O desenvolvimento das forças produtivas, com a produção de excedentes foi o principal fator da acumulação primária, que por sua vez potencializou o

desenvolvimento do controle privado. Acerca desta evolução, sintetiza Silva (2013, p. 138)

No modo de produção primitivo a posse e uso da terra eram comunais, não havia um detentor de terras e os demais trabalhando em seu favor. Em consequência, as necessidades de consumo também eram coletivas e a garantia de tais necessidades também. Já no escravismo, os senhores de escravos tinham a posse da terra, mas não a usavam, pois o trabalho era feito pelos escravos. [...] Já no feudalismo, [...], acentua-se ainda mais as transformações na posse e uso da terra em relação ao escravismo: a posse era da nobreza, por meio do controle de território, mas o uso era feito pelos camponeses. A forma de produzir as necessidades de consumo era por meio da renda trabalho e a renda produto. Então, a família camponesa não precisava produzir tão somente para garantia dos meios de vida dos senhores. Como não tinha a posse da terra, tinha que dispor de porcentagens do que produzia – renda produto – à nobreza, que poderia chegar a 50% e, ainda, entre dois e três dias por semana tinham que trabalhar de graça para a nobreza como forma de pagamento pelo uso da terra – renda trabalho.

Assim, os três grandes períodos históricos de organização da economia que antecederam ao capitalismo, se basearam na utilização da terra e na exploração de uma classe, seja pela objetificação do trabalho e do trabalhador – no escravismo – seja pela dominação religiosa e exploração da renda com a detenção da propriedade da terra pela Igreja e a nobreza. Sobre tal período histórico, destaca

O camponês vivia numa choça do tipo mais miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terra espalhadas [...], conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor, não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a terra do senhor, sem pagamento. Tampouco era esse o único trabalho a que estava obrigado. Quando havia pressa, como em época de colheita, tinha primeiro que segar o grão nas terras do senhor. Esses “dias de dádiva” não faziam parte do trabalho normal. Mas isso ainda não era tudo. Jamais houve dúvida quanto à terra mais importante. A propriedade do senhor tinha que ser arada primeiro, semeada primeiro e ceifada primeiro. Uma tempestade ameaçava fazer perder a colheita? Então, era a plantação do senhor a primeira que deveria ser salva. Chegava o tempo da colheita, quando a ceifa tinha que ser rapidamente concluída? Então, o camponês deveria deixar seus campos e segar o campo do senhor [...] O camponês desejava que seu trigo fosse moído ou suas uvas esmagadas na prensa de lagar? Poderia fazê-lo – mas tratava-se do moinho ou prensa do senhor e exigia-se pagamento para sua utilização. (HUBERMAN, 1973, p. 14-15 *apud* SILVA 2013, p. 137-138).

Ao tempo do desenvolvimento do modo feudal, com predominância no continente europeu, no vasto continente asiático, se registrava a forma de organização produtiva com modestas distinções daquele modelo. Primordialmente, o modelo europeu se caracterizava pela existência de ‘várias nobrezas e diversos feudos’ Silva (2013, p. 139), enquanto no modelo asiático havia apenas uma nobreza que controlava todas as terras e, conseqüentemente, toda riqueza produzida pelas famílias camponesas. Portanto, o modelo europeu possibilitava que uma mesma nobreza possuísse dezenas de feudos,

consequentemente, a forma de acumulação de riqueza era mais descentralizada.

Esta acumulação foi essencial para a formação e desenvolvimento do capitalismo, enquanto modelo de produção e organização da sociedade. Das práticas que antecederam esta formação de sistema econômico, é destaque que

Tanto no feudalismo quanto no modo de produção asiático os camponeses produziam excedentes que, como forma de resistência, passam a serem trocados com outros camponeses por produtos que não fabricavam, ou que o faziam, mas não de forma satisfatória. Daí surge o capitalismo, como resultado da multiplicação das operações comerciais simples. (SILVA, 2013, p. 138)

Na fase final do modelo feudal, as nobrezas da Europa detinham o monopólio poder econômico e político. Com o desenvolvimento dos burgos, embriões das modernas cidades, e a expansão do novo modelo, uma nova classe dirigente – os capitalistas – procuraram expandir seus domínios. Dentre os empreendimentos históricos que marcaram a expansão do capitalismo, as grandes navegações tiveram significação exponencial na medida que ampliaram o poderio político e o aumento da produção com a busca de novos mercados. Para tanto, o apossamento de novas colônias de além-mar consolidaram o novo regime.

No capitalismo a questão agrária se reconfigura, passando por evolução do modo de capitalismo mercantil, industrial e financeiro. Silva (2013, p. 137), pontua a evolução destes modos mencionados

[...] capitalismo mercantil (por volta do século XIII): o controle da terra permanece com a nobreza e a Igreja. Por que com a Igreja? Na época, uma das exigências para ser bispo, na Europa, era ser da nobreza; deveria possuir o título de príncipe. Como todas as terras pertenciam à nobreza, de modo geral, a igreja passa a ter o controle das terras em que os príncipes eram bispos. Os camponeses não tinham controle da terra, apenas a cultivavam.

Este período marcou as lutas dos camponeses para se livrarem da obrigação de pagar a renda trabalho e renda produto. A tática utilizada se baseou nos cultivos de resistência, com a produção de milho e batata de forma dissimulada (SILVA, 2013) a não permitir que os cobradores de impostos as percebessem. As trocas destes produtos entre os camponeses se davam aos domingos, quando tinham o dia de folga das obrigações com a nobreza.

Acerca dos locais destas trocas,

Esses locais de encontro acabam se tornando comércio permanentes e, consequentemente, surgem os comerciantes para cuidarem dos estoques; paralelamente, as cidades. Então os camponeses passam de uma condição de produtores de subsistência para produtores de mercadorias. Deste modo, a

acumulação deixa de ser feita tão somente pela nobreza, mas também pela burguesia recém-formada, na circulação de mercadorias. Silva, (2013, p. 139).

O desenvolvimento destas relações de troca, transformou os camponeses em produtores de mercadorias. A nova condição os colocava em guerra contra a nobreza e a Igreja. A recém-formada classe burguesa via nesta luta a possibilidade de fortalecimento do comércio, dado que, em vencendo, os camponeses produziram mais para o mercado, e, com a expansão das cidades e o crescimento do consumo surgiam novas necessidades. Este período marca a passagem produção daquilo que era estritamente necessário para o atendimento das necessidades do feudo e produzido pelos camponeses para a gênese da circulação de mercadorias.

Embora aparente ser um estágio superior ao escravismo, se observa que os processos evolucionários da economia política não são lineares, o capitalismo mercantil mantém a classe dos escravos. A permanência desta instituição é destacada por Silva (2013, p. 140)

Vale lembrar que o trabalho escravo permanece, mas não como modo de produção. O escravismo foi um período que também ajudou a fortalecer o comércio, pois vários comerciantes se especializaram em expedições em busca de produtos e os escravos, vindos principalmente da África, eram muito valorizados. Os camponeses continuaram sendo a base da produção de riqueza da sociedade, pois os escravos dificilmente se dedicavam a atividades agrícolas.

No período dos séculos XIX e XX algumas sociedades vivenciam o que se convencionou chamar de capitalismo industrial., destaca que esta mudança perpassou, em especial com o protagonismo dos artesãos. Estes,[...]que antes dedicavam parte do seu tempo às atividades agrícolas, agora se especializam na produção industrial. Os filhos dos camponeses passam a dedicar parte do seu tempo para aprender o ofício dos artesãos, passando a ter renda para além do trabalho agrícola. O campesinato passa a produzir matéria prima para o trabalho dos artesãos. (STEDILE, 2012, *apud* SILVA, 2013).

No mesmo sentido,

Anteriormente, [a industrialização] era realizada na casa do próprio camponês, qualquer que fosse seu gênero. A família precisava de móveis? Não se recorria ao carpinteiro para fazê-los, nem eram comprados numa loja da Rua do Comércio. Nada disso. A própria família do camponês derrubava a madeira, limpava-a, trabalhava-a até ter os móveis de que necessitava. Precisavam de roupa? Os membros da família tosquiavam, fiavam, teciam e costuravam – eles mesmos. A indústria se fazia em casa, e o propósito da produção era simplesmente o de satisfazer as necessidades domésticas. Entre os servos domésticos do senhor havia os que se ocupavam apenas dessa tarefa, enquanto os outros trabalhavam no campo (HUBERMAN, 1973, p. 62 *apud* SILVA, 2013, p. 140).

O fortalecimento da sociedade industrial aumentou a demanda por força de trabalho. Esta por sua vez foi suprimida pelos filhos dos camponeses, fenômeno conhecido por êxodo rural e que permaneceu inerente aos próximos períodos de evolução do capital. Por meio do assalariamento o camponês, em princípio, viu uma saída da exploração da renda produto e da renda trabalho inerentes da subjugação feudal.

Tal transição se deu de modo conflitivo. Diversos fatores contribuíram para a sua consolidação, dentre eles a viabilidade do assalariamento em comparação com o sistema de manutenção do trabalhador cativo, com elemento jurídico de propriedade que se somava ao patrimônio de seu proprietário, já que pelo sistema de assalariamento o trabalhador recebia apenas pelo trabalho executado, conquanto o escravo tinha suas necessidades cotidianas exauridas do complexo proprietário de seu ‘dono’.

O trabalhador assalariado, ao trocar, agora sua força de trabalho e seu tempo, passa produzir o que veio ser chamado de mais-valia. Acerca desta taxa extra de exploração merece destaque que,

De acordo com Stedile (2012), o trabalho assalariado passa a desempenhar papel fundamental no processo de acumulação de riqueza, pois além da taxa de lucro sobre as operações comerciais que variavam entre 76% e 700%, ainda gerava a mais-valia pela produção de produtos para além do necessário para manutenção de quem o produziu. Consequentemente, há um aumento de excedentes que são colocados no mercado. (SILVA, 2013, p. 141).

A revolução industrial elevou o nível de produção de bens, de primeira necessidade e de novas necessidades criadas pelo mercado, além de revolucionar todos os padrões tecnológicos até então conhecidos pela humanidade. A acumulação gerada nesta fase possibilitou o fortalecimento de instituições, em especial os bancos, que passam desenvolver papel importante no período seguinte.

O período do capitalismo financeiro, que se fortalece aos fins do século XX e se mantém, tal como os períodos anteriores, coexiste com o capitalismo comercial e industrial.

Assim

Nesta fase, o capitalismo não tem o seu centro de acumulação tão somente nas atividades produtivas, mas nas operações financeiras, nas quais a extração da mais-valia se dá por meio dos juros. O capital é internacionalizado por meio das empresas e a propriedade privada da terra, como um mero acordo judicial, não determina que o proprietário necessite ter sua posse nem seu uso para ser dono. Inclusive, muitas empresas multinacionais investem dinheiro na compra de terras em determinado país, mas não a usam de forma alguma, servindo apenas para fins de especulação. O capitalismo financeiro impõe uma nova configuração do mercado e da indústria: o mercado passa a ser mundial, por meio das bolsas de valores, de modo que um

produto tem o mesmo preço em qualquer parte do mundo; a indústria passa a produzir padronizadamente, como se as necessidades fossem globais, e não mais de acordo com os saberes e costumes construídos localmente pelos grupos sociais [...](Silva, 2013, p. 141)

Conforme desta o citado autor, em suas fases comercial, industrial e financeira, o capitalismo aumenta sua presença intensificando o padrão das sociedades. A relação com a propriedade atinge seu maior grau de abstração com a predominância da especulação sob a produção. Esta mudança ressignifica a propriedade da terra que passa da relação produtiva para a relação judicial de especulação. Este processo, em especial em relação à propriedade da terra passa por fortes pressões de grupos estrangeiros com maior acumulação de capital para que os Estados nacionais minimizem ou até retirem restrições de acesso destes capitais aos territórios nestes países.

1.5 A PROPRIEDADE NA CONCEPÇÃO JURÍDICA. APONTAMENTOS CIVILISTAS E CONSTITUCIONALISTAS CONTEMPORÂNEOS

O conceito de propriedade, objeto de estudo dos civilistas, recebe dedicação como objeto de estudo das mais diversas gerações (TARTUCE, 2014). No Clássico Código Civil de 1916, o eminente doutrinador Clóvis Beviláqua a conceituava como sendo “[...] o poder assegurado pelo grupo social à utilização dos bens da vida física e moral”(TARTUCE, 2014, p. 96). Na construção de conceito do autor a extensão do direito seria tanto aos direitos materiais quanto aos incorpóreos. Contudo tal construção, no Brasil, recebeu refutação por parte da doutrina (PEREIRA, 2004), para quem a propriedade somente recairia sobre bens corpóreos.

Por outro viés, aponta a literatura civilista a conceituação de Lafayette Rodrigues Pereira, que de forma genérica, defendia que o direito de propriedade abrangia todos os direitos que formam o patrimônio, aqueles que poderiam ser reduzidos a valor pecuniário. Para Pereira (2004), o sentido do conceito seria mais sentido do que definido. Senão outro é o entendimento do doutrinador,

Direito real por excelência, direito subjetivo padrão, ou ‘direito fundamental’(Pugliatti, Natoli, Plainol, Ripert e Boulanger), a propriedade mais se sente do que se define, à luz dos critérios informativos da civilização romano-cristã. A ideia de ‘meu e teu’, a noção do assenhoramento de bens corpóreos e incorpóreos independente do grau de cumprimento ou do desenvolvimento intelectual. Não é apenas o homem do direito ou do business man que a percebe. Os menos cultivados, os espíritos mais rudes, a até crianças têm dela a noção inata, defendem a relação jurídica dominial, resistem ao desapossamento, combatem o ladrão. Todos ‘sentem’

o fenômeno propriedade. (PEREIRA, 2004, p. 89)

E acrescenta adiante que “[...] a propriedade é o direito de usar, gozar e dispor da coisa, e reivindicá-la de quem injustamente a detenha” (PEREIRA, 2004, p. 90). Tal conceito é o mesmo adotado pela Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil Brasileiro ao instituir em seu artigo 1.228 algumas das faculdades gerais do proprietário, consubstancialmente no direito de usar, gozar e dispor da coisa, além do direito de reavê-la de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

Dentre os principais formadores da doutrina civilística brasileira, Pontes de Miranda se destaca dentre os considerados clássicos, e a inda um dos mais influentes. Em obra sobre o direito privado, sustenta que propriedade é o domínio ou qualquer direito patrimonial (MIRANDA, 1971, p. 9). Aduz o referido autor, que o conceito em análise, seria todo aquele irradiado em virtude de ter incidido regra de direito das coisas. Em sentido estrito, seria o domínio.

Importante também, a lição de João Rabello de Aguiar Vallim ao dissertar sobre conceituações do direito de propriedade, mencionando entender

[...] ser a propriedade o mais amplo dos direitos reais, compreendendo não só o domínio como a posse *jus possidendi*. Assim, o domínio sem a posse não constitui o direito de propriedade propriamente dito, mas apenas o direito real de domínio, que é menos amplo. Contudo, presume-se pertencer a posse a quem tem o domínio e daí a razão por que, muitas vezes, empregamos esses vocábulos – domínio e propriedade – como sinônimos. O titular do direito de propriedade tem, necessariamente, não só o domínio como a posse, e assim, pode exercer todos os direitos que daí decorrem: disposição, uso, fruição e garantia. O titular do direito de domínio sem posse, antes de vindicá-la, não pode constituir sobre o imóvel certos direitos reais de uso, gozo e garantia; por exemplo: habitação, anticrese; nem exercitar outros direitos como os de partilhar, dividir, demarcar, uma vez que estes direitos pressupõem também a posse, ou melhor, o direito de plena propriedade – domínio e posse. (VALLIM, 1980, p. 24).

Assim, o direito de propriedade, conteria em si, tanto o domínio quanto o poder de usar da coisa. Portanto, pode o proprietário usufruir de todas as suas vantagens, praticando todos os atos que não prejudiquem direito de terceiro.

Ainda na esfera civilista, Gomes (2004) entende que a propriedade é um direito complexo, podendo ser conceituada a partir dos critérios sintético, analítico e descritivo. Assim sinteticamente o instituto seria a submissão de uma coisa, em todas as suas relações jurídicas, a uma pessoa. Analiticamente, destaca o autor, a propriedade estaria relacionada com os direitos de usar, fruir, dispor e alienar a coisa. Já descritivamente, esta seria um direito complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo, pelo qual uma coisa esta submetida à vontade de

uma pessoa, sob os limites da lei (GOMES, 2004, p. 109).

Dentre as doutrinadoras contemporâneas, na alçada civil, merece destaque a contribuição conceitual de Diniz, para qual a propriedade seria “[...] o direito que a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar, dispor de um bem corpóreo ou incorpóreo, bem como de reivindicá-lo de quem injustamente o detenha” (DINIZ, 2007, p. 114).

Por outro lado, destacando as contribuições de Melo, Chaves e Rosenvald, destaca TARTUCE, 2014, a propriedade seria o “[...] poder de senhoria que uma pessoa exerce sobre uma coisa, dela excluindo qualquer atuação de terceiro” (TARTUCE, 2014 *apud* MELO, 2007) ou sendo “um direito complexo, que se instrumentaliza pelo domínio, possibilitando ao seu titular o exercício de um feixe de atributos consubstanciados nas faculdades de usar, gozar, dispor e reivindicar a coisa que lhe serve de objeto (art. 1.228 do CC)” (TARTUCE, 2014 *apud* FARIAS; ROSENVALD, 2007).

O próprio autor, conceitua o instituto da propriedade como sendo:

[...] o direito que alguém possui em relação a um bem determinado. Trata-se de um direito fundamental, protegido no art. 5º, inc. XXII, da Constituição Federal, mas que deve sempre atender a uma função social em prol de toda a coletividade. A propriedade é preenchida a partir dos atributos que constam do Código Civil de 2002 (art. 1.228), sem perder de vista outros direitos, sobretudo aqueles com substrato constitucional. (TARTUCE, 2014, p. 98).

Importantes constitucionalistas também refletiram sobre a amplitude do conceito de propriedade. Nesse sentido, merece destaque as conclusões de Bernardo Gonçalves Fernandes, em sua obra Curso de Direito Constitucional, quando destaca o aspecto de predominância política do termo propriedade. Descreve o autor

[...] a figura da propriedade suscita mais elementos de ordem política que necessariamente jurídica, sendo considerado, por um tempo, um dos mais importantes direitos naturais, presente nas declarações de direitos da época do surgimento do constitucionalismo. Com tendências socializantes, assistimos uma mudança de fisionomia do instituto, inclusive com autores levantando a tese de que a propriedade seria um direito provisório que se diluiria à coletivização das massas. (FERNANDES, 2011, p. 320)

A evolução do pensamento político e jurídico alterou a concepção do conceito de propriedade que deixa de ser tida como a relação entre uma pessoa e uma coisa. Tal conceito tornou-se ultrapassado, ou mesmo “*absurdo*” no sentido de afirmar a possibilidade de uma relação jurídica entre um sujeito de direito e uma coisa, (FERNANDES, 2001, p. 320). Diante desse impasse civilista, que considerava a adoção da figura do sujeito passivo universal,

compreendido por todas as pessoas existentes, de um lado, que deveriam ter o dever de se abster de violar o direito à coisa, de outro lado, há que se desenvolver outras leituras fora do paradigma estritamente privatista das relações entre os indivíduos.

Fernandes, (2017, p. 479), destaca ainda, apontando a necessidade de dissociação do conceito de propriedade de outros institutos jurídicos similares, aponta a decisão da Corte Constitucional alemã que distingue a figura do patrimônio de um sujeito, tido como o somatório de valores patrimoniais ou de dinheiro. Ademais, destaca a aplicação dessa distinção no Direito Tributário, vez que o patrimônio não goza de proteção constitucional, ao passo que, o entendimento tanto jurisprudencial quanto doutrinário são no sentido da vedação de leis tributárias que venham agir de modo confiscatório.

Para Silva (2005), celebrado constitucionalista contemporâneo, destaca que o fundamento do regime jurídico da propriedade se encontra na Constituição, e esta a condiciona que aquela atenda a sua função social.

Importante marco internacional na superação do aspecto absoluto do instituto, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, aduz que o limite do exercício do direito de propriedade seria na medida em que ficasse assegurado aos demais indivíduos o exercício de seus direitos. Assim foi sendo superada pela evolução, desde “[...] a teoria do abuso do direito, do sistema de limitações negativas e depois também de imposições positivas, deveres e ônus,...” (SILVA, 2005, p. 272) resultando na moderna compreensão da função social.

Adotando como parâmetro a Constituição Brasileira de 1988, que insculpe em seu artigo 5º, XXII a garantia do direito de propriedade na sequência condiciona que a mesma atende a sua função social. No mesmo espírito de garantia e condicionamento de direito, desta o permissivo de desapropriação, com pagamento mediante título, de propriedade que não cumpra sua função social (arts. 182, § 4º, e 184). Além destes, aponta “outras normas constitucionais que interferem com a propriedade mediante provisões especiais (arts. 5º, XXIV a XXX, 170, II E III, 176, 177 e 178, 182, 183, 184, 185, 186, 191 e 222)” (SILVA, 2005, p. 270).

A Carta de 1988 consolida o importante princípio da função social da propriedade. Tal princípio, aplicado às questões agrárias e urbanas, vai possibilitar a intervenção estatal na esfera da propriedade com vistas ao seu cumprimento social. Nesse sentido, Bulos (2015), defende que toda a riqueza oriunda do trabalho digno tem uma finalidade social e econômica: trazer benefícios para o produtor e para a comunidade em que vive.

A definição da função social da propriedade importa em reconhecer que este já era

previsto desde a Constituição de 1934, é o que defende Fernandes (2011). Para o autor importa lembrar o antigo conceito de matriz liberal da propriedade, como direito absoluto e incondicionado, como elemento e expressão natural da vontade do indivíduo. Para o autor, com a inclusão da função social da propriedade esta leitura liberal perde da carga.

Acerca da tradição brasileira sobre a propriedade cabe destacar, Fernandes (2011) sustenta que desde o processo de colonização até o advento do Código Civil de 1916 a leitura da propriedade era de uma perspectiva clássica liberal. Nesse sentido evidencia a propriedade fundiária como representante da base econômica e, por isso, era sinônimo de riqueza e poder político. A restrição da propriedade como uma emanção das potencialidades subjetivas do indivíduo o que resultava na não utilização desta aos fins sociais.

Com a construção deste novo marco constitucional em relação à propriedade, os civilistas vão afirmar que se trata de uma “constitucionalização” ou “publicização” do Direito Civil marcando processos de repersonalização através do resgate da dignidade do ser humano como elemento primordial de proteção em detrimento patrimônio privado.

Importa destacar que a retirada da noção individualista da propriedade está no artigo 5º, XXIII, da Constituição quando ordena que a propriedade atenderá a sua função social. Nesse sentido:

[...] a função social da propriedade é elemento integrador do conceito de propriedade como objeto constitutivo do mesmo, não se confundindo com os elementos limitadores do direito de propriedade. Isto é, não poderá ser juridicamente considerado proprietário aquele que não der ao bem uma destinação compatível e harmoniosa com o interesse público. Logo, é muito mais que o estabelecimento de limitação ao exercício do bem, fixando condutas que podem, até mesmo, colidir com os interesses do proprietário, mas que se não atendidas, desnaturam a própria condição mesmo. (FERNANDES, 2011, p. 321)

O constituinte tratou dos requisitos da propriedade rural para fins de cumprimento da sua função social. Tal previsão é de tal importância na questão agrária na medida em que indica parâmetros gerais de verificação de seu cumprimento. Nesse sentido Fernandes (2011) destaca:

Já a função rural qualificada no artigo 186 da CR/88, traz como requisitos simultâneos: (1) aproveitamento racional e adequado; (2) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; (3) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e (4) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (FERNANDES, 2011, p. 321)

Estabelecido indicadores do conceito da propriedade e seu programa constitucional

de cumprimento da função social cabe buscar elementos de compreensão de como se organiza o espaço agrário, especialmente no que concerne às terras públicas.

A superação do conceito individual da propriedade representa importante desenvolvimento na forma de ver e lidar com o fenômeno da propriedade nas sociedades modernas.

Esse conjunto de normas constitucionais sobre a propriedade denota que ela não pode mais ser considerada como um direito individual nem como instituição do Direito Privado. Por isso, deveria ser prevista apenas como uma instituição da ordem econômica, como instituição de relações econômicas, como nas Constituições da Itália (art. 42) e de Portugal (art. 62). (SILVA, 2005, p. 270).

Os processos históricos de apossamento e formação da propriedade da terra no Brasil são elementos essenciais para a compreensão de diversas peculiaridades sociais, políticas e econômicas da história contemporânea do país, em especial para explicação mais racional da perpetuação da extrema desigualdade social e a peculiar concentração de acesso, ainda hoje, da posse e propriedade da terra agricultável.

Ferreira, (1995), citando estudo sobre a evolução da propriedade territorial no Brasil de José Eduardo da Fonseca, destaca que esta evolução resume-se em 04 fases distintas e sequenciais, sendo elas a fase de sesmária, a fase de posses, a fase da lei de terras e a fase republicana. É nesse ensejo que o autor destaca a importância da Lei nº. 601, de Setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, cujo objetivo central era o de demarcar a terra que estava no domínio ou na posse de particulares, a fim de fazer a exclusão para aferir o que era de domínio público. Para ele, o principal objetivo desta norma foi o de disciplinar e regularizar a situação das sesmarias, posses e ocupações, buscando conceder aos interessados uma titularidade definitiva e plena de eficácia.

No período republicano, dentre os principais documentos legislativos que merecem destaque pela importância normativa e repercutiva está a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra. Por sua vez, esse diploma legal (Ferreira, 1995) caracteriza-se por fixar os princípios e definições do direito agrário, dispondo principalmente sobre reforma agrária, fundiária e agrícola, zoneamento e cadastro dos imóveis rurais; política de desenvolvimento rural, colonização, contratos agrários de arrendamento e parceria, uso da terra pública, inclusive prevendo usucapião especial, chamado *pro labore* e cooperativismo. O estatuto figura entre as principais normas agrárias do país, sendo considerado por parte da doutrina como o documento basilar do direito agrário brasileiro.

A estrutura colonizadora de além mar com a transferência de seus institutos jurídicos

caracterizam de modo estrutural a forma como o país lidou, e ainda lida, com a estrutura de acesso e distribuição da propriedade, em especial da propriedade da terra.

Deter-se sobre aspectos doutrinário e filosóficos do conceito de propriedade, considerando as contribuições da História do Direito auxiliam na melhor compreensão dos dilemas que atuaram e ainda atuam na forma com a sociedade se relaciona com a distribuição e o acesso de seu espaço. Nesse sentido Negri (2015) entende que não há espaço para uma visão reducionista da propriedade, sendo essa denominação a roupagem de um complexo bastante distinto e independente de relações, no qual estão presentes inúmeros valores, equilibrados de formas diversas e conectados ao contexto em que estão inseridos.

No mesmo sentido, para realizar breves apontamentos sobre a questão da terra no Brasil se torna essencial analisar os elementos básicos da propriedade pública. Sentido que “[...] remete ao resgate da memória e identidade territorial brasileira e da sua condição comum aos países latino-americanos” (CARDOSO, 2010). No panorama jurídico, portanto, se conflui no sentido de destacar o fenômeno da propriedade como amparado no cumprimento de sua função social para que a mesma recebe a proteção do Estado.

2 BREVE PANORAMA DOS REGIMES DE TERRA NO BRASIL. DAS SESMARIAS AO ESTATUTO DA TERRA

Com o aportamento português no litoral do território, a coroa, por direito de conquista, todo o novo território passou ser considerado como terra pública. Com o desafio de colonizar as novas terras, ao tempo que Portugal e toda a Europa buscavam o estreitamento das rotas comerciais com as Índias Orientais, a primeira opção política de pública para demarcar a posse se deu pelas concessões das grandes faixas de terras denominadas Capitanias Hereditárias, através do instrumento jurídico das sesmarias. Tal instituto já existia no ordenamento jurídico lusitano desde 1375, por ocasião da necessidade de otimizar o uso das terras da coroa naquele território.

A partir de então, as novas terras passaram por diversas de formas de apossamento e apropriação da terra.

Acerca da construção doutrinária lusitana da legitimação jurídica do patrimônio régio, destaca Lobão (1819) que “[...] na conquista pois devemos fixar como de novo, o princípio da aquisição dos domínios neste Reino, e desse princípio discorrer pelos meios derivativos dos mesmos domínios; pois que o meio da Conquista he hum mode de adquirir domínios pelo Direito das Gentes [...]” (LOBÃO, 1819 *apud* Varela, 2005, p. 25). Decorria, portanto, deste princípio, o que entendia os lusitanos ser o fundamento do apossamento e destinação das terras brasileiras.

Embora haja diversas divergências, diversos autores advogam a tese de que as bases produtivas impostas por Portugal ao Brasil, desde sua origem colonial, fora calcada em relações comerciais capitalistas. Desta forma, desde o corte do pau-brasil pelos Tupinambás para o atendimento das demandas do mercado português, muito embora aqueles não se pautassem por relações comerciais com estes, o país organizaria sua produção para atender ao mercado externo.

A forma como a metrópole se relacionou com o novo território não priorizava formas econômicas ou jurídicas de desenvolvimento já que a pauta da coroa no período era o fortalecimento das relações comerciais com as Índias Orientais. Assim, por volta de 1530, (SILVA, 2013, p. 142) até o século XVIII, a monarquia lusitana buscava garantir seu domínio sobre as novas terras por meio de novos sistemas de uso e posse de terras com vistas ao impedimento da grilagem das terras pelas coroas francesa, holandesa e espanhola.

Dentre os sistemas de ocupação das terras em colonização, a primeira delas foram as implantações das Capitanias ao longo do litoral. Sobre a administração deste

modelo,

[...] A administração de tais Capitanias era feita em confiança para pessoas pertencentes à classe nobre portuguesa, em geral, militares e burocratas. Como, desde 1375, Portugal dispunha da Lei de Sesmarias, criada a fim de combater as crises agrícola e econômica que atingia o país, tentou-se implantar este mesmo modelo no Brasil. O que acabou não dando certo, porque faltou fiscalização da produção e capacidade da Coroa revogar as concessões quando os donos não cumpriam com o acordo de garantir o uso produtivo da terra. Embora tenha havido um intento em promover a utilização social da terra por meio das sesmarias, seu fracasso acabou resultando na criação de latifúndios, na maioria improdutivo. Característica esta que permanece até os dias atuais. (SILVA, 2013, p. 142).

Portanto, em terras de além-mar o processo de colonização lusitana começa afastando as grandes massas de trabalhadores e repetindo, com peculiaridades, o mesmo padrão nos diversos modelos pelos quais se organizou, ou tentou organizar, a questão jurídica da posse e propriedade da terra.

A forma como se configurou a apropriação privada da terra, do período colonial, em especial a partir de 1530, determinou a estrutura agrária que se manteve nos períodos subsequentes. O regime de sesmaria, de posses, perpassando pelo período republicano até o Estatuto da Terra em 1964 mantiveram o elemento estrutural de concentração ‘censitária’ de apossamento e apropriação da terra, em alusão ao voto no período imperial quando o critério de renda uma das determinantes ao exercício do direito de voto.

A relação da propriedade público e privada se evidenciou como elemento determinante na maioria dos conflitos que envolvem a questão da terra a origem do apossamento por aqueles que não contemplados por sesmarias ou benesses no período republicano e no período militar até 1985. A grilagem das terras públicas perpassou todo o panorama agrário, sendo a principal forma de concentração de terras e geração de conflitos. É neste cenário de expansão da fronteira agrícola do capital na segunda parte do século XX, carreando a grilagem, desmatamento, queimadas e violência, CPT (2017), que se estabeleceu a configuração agrária que viria ser reproduzida na colonização da Amazônia Legal.

2.1 DO REGIME DE SESMARIAS

Embora seja destacado como o primeiro regime jurídico de concessão de terras do território em recente apossamento pela Coroa portuguesa, o território já era motivo de partilha entre Portugal e Espanha mediante diversos tratados, conforme leciona Ferreira (1995), destacando o Tratado de Alcáçovas assinado em 1479, a Bula *Inter Coetera*, de 1492 e o

Tratado de Tordesilhas assinado em 1494 confirmado por posterior bula papal em 1504.

Também conhecido como Paz de Alcáçovas, (MENDONÇA, 2004), diploma assinado pelos representantes dos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão de um lado e o Rei Afonso V de Portugal e seu filho João ao tempo que colocara fim à Guerra de sucessão de Castela que durara de 1475 à 1479. Embora tenha natureza de um tratado de paz, este foi importante marco diplomático por conter cláusulas concernentes à política de projeção externa de ambos os países, quando os mesmos competiam pelo domínio do Oceano Atlântico e das terras até então descobertas na costa africana. Por estas, Portugal obtinha o reconhecimento do seu domínio sobre a ilha da Madeira, o Arquipélago dos Açores, o de Cabo Verde e a costa da Guiné, enquanto que Castela recebia as ilhas Canárias, renunciando a navegar ao sul do cabo Bojador. Embora seja o primeiro tratado do gênero, que regulamentava a posse de terras ainda não descobertas, refletia os anseios de Portugal no prosseguimento da sua exploração da costa africana, na premissa de que por aquela via se conseguiria a esperada passagem para as Índias.

Como regime de organização e distribuição do território em início de colonização, o regime de sesmária foi um instituto jurídico português criado em 1375, no período do reinado de D. Fernando I, o último rei da dinastia Borgonha, e recepcionado pelas Ordenações do Reino de Portugal e se baseava conceitualmente nas terras comunais que na Idade Média eram cultivadas para o benefício comum, de todos os servos de uma determinada gleba. Onde também esteve presente o princípio da obrigatoriedade de cultivo, elemento de validade e manutenção do titular da concessão.

Rau (1946), aponta que a Lei das Sesmarias fora elaborada com auxílio de um conselho de juristas que assistiam ao rei em sua atuação legislativa. Segundo Silva(1992, p. 218-219), a função deste conselho de juristas seria informar a conformidade com o *ius commune*, dado que o direito lusitano até então se baseava nos costumes. A urgência para otimizar a exploração produtivas das terras surgiu com a aguda crise de abastecimento, queda demográfica e consequente escassez de mão-de-obra agravada pela Grande Peste que assolara a Europa em 1348. A gravidade da situação pode ser notada na parte preambular da referida Lei segundo destaca a autora mencionada:

Nos Dom Fernando pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue consiijrando como per todallas partes dos nossos Regnos ha desfalicimento de mantimento de pam e de çeuada de que amtre totalas terras e prouencias do mundo soya seer muj abastado. E essas cousas som postas em tamanha carestija que aquelles que ham de manter fazenda ou stado de qualquer graao de homra nom podem chegar a aauer essa cousas sem muy gram desbatarto do que ham. E esguardando como amtre

todas as razões por que este desfalecimento e carestia vem a mais certa e spicial he per mjngua das lauourãs que os homeens leixam e sse partem dellas entendendo em outras obras e em outros mesteres que nom som tam proveitosos pera o bem commuum. E as terras e herdades que soyam a seer lauradas e asementadas e que ssom conunjhauijs pera dar pam e os outros fruitos per que sse os homens e os poboos ham de manter som desemparradas e deitadas em rossijos sem proll e com gram dapno dos poboos. (RAU, 1946 *apud* VARELA, 2005).

Neste sentido, a Lei com data provável como sendo de 1375, é apontada como uma das primeiras e rudimentares formulações legislativas com princípio da obrigatoriedade do cultivo, de cujo descumprimento acarretava a expropriação forçada da gleba. Para VARELA (2005), o princípio da efetividade reveste-se, entre nós, luso-brasileiros, da fórmula da obrigatoriedade do cultivo, fundamento jurídico que condiciona certos modos de apropriação da terra. Nesse sentido, RIOS (1984), aponta que o princípio de subordinar a propriedade da terra ao seu uso aparece como uma constante na história do direito pátrio, sendo a contribuição concreta da legislação colonial portuguesa ao direito brasileiro.

No plano da política internacional, a Coroa se via ameaçada em seus novos domínios pela ação de nações estrangeiras. Em especial a ação da Espanha, Ferlini (2003), que havia encontrado metais preciosos em suas colônias americanas. Na esperança de obter êxito em seus territórios, ocorre a intensificação da colonização.

Ainda sobre o marco legislativo real, com as devidas ressalvas quanto a aplicação do termo estatal para o contexto da época, desta Smith (1990, p. 117),

A primitiva Lei das Sesmarias deve ser entendida dentro o quadro que decorre da grande desestruturação por que passou a organização da propriedade fundiária em Portugal, após a peste de 1348-50, que despovoou o campo e gerou grandes áreas abandonadas. Significa também o fato de que ela visava a regulamentar o uso e a exploração das extensas terras estatais e da Igreja. A Lei de Sesmarias deve ser entendida, portanto, dentro do quadro geral de um sistema produtivo que o Estado pretendia organizar, a partir de uma forma de domínio condicionado.

Sobre a cláusula de condicionamento da concessão sesmarial e contextualizando o instituto na produção legislativa colonial, VARELA (2005, p. 21), faz remissão ao princípio da obrigatoriedade do cultivo e aponta que a Lei de Sesmarias foi promulgada por D. Fernando I, com data provável em 1375 e se manteve em nossas fontes jurídicas por meio das Ordenações régias e, posteriormente por uma profusão de avisos, alvarás e cartas-régias que procuram disciplinar as sesmarias no território do Brasil colônia.

Sobre a razão de transposição do instituto lusitano para as novas terras e sobre a estrutura e origem das sesmarias, merece destaque a reflexão de Canabrava citado por Piazza (1975) para quem

a política de ocupar de forma efetiva as terras brasileiras por Portugal, consistiu em adotar um plano de expropriação agrícola isto é, de cultivo permanente do solo tendo em vista o fornecimento de gêneros de interesse para o comércio. O povoamento decorreu da necessidade de organizar a produção. Por meio das sesmarias, a Coroa procurou estender os terrenos de cultivo e ocupar o solo de forma permanente, prendendo a ele o lavrador. De novo, aqui, seria um esforço de pioneirismo, pois tratava-se da primeira experiência de criação de uma colônia agrícola em terras da América, à base da grande lavoura. Desta forma, de simples empresa extrativa, destinada ao abastecimento de pau-brasil, a América portuguesa passou a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia. (CANABRAVA *apud* PIAZZA, 1975, p. 629-630)

No mesmo sentido, discorre acerca da forma como se originava a posse e a propriedade da terra, destacando o empenho da Coroa em se utilizar do instituto da sesmaria como meio de ocupação do novo território. Destaca o autor que

[...] A posse e a propriedade da terra resultaram de simples doação, na forma de sesmarias, sem restrições de maior importância que não fossem a obrigatoriedade de ocupá-la. [...] Mas o velho preceito das ordenações manuelinas e filipinas que proibia que se desse a uma mesma pessoa maiores terras além das que razoavelmente poderiam aproveitar, assumiu a colônia, mercê da imensidade de seu território e dos reclamos da produção em grande escala, feitio particular. Ainda que tenha havido, em muitos casos, a convergência de dezenas de léguas de terras em mãos de uma, duas, três ou quatro pessoas. O fato de se tornar de imediato grande proprietário constituía um chamariz para o colonizador. Se não estavam em jogo distinções à base da hierarquia social do sesmeiro, a obrigatoriedade de ocupar e povoar a terra implicava em discriminação de natureza capitalista, pois os meios para explorá-la, em última análise, iam condicionar a posse efetiva do solo. (CANABRAVA *apud* PIAZZA, 1975, p. 629-630)

O regime consistia, basicamente, na atribuição de bens incultos, pois nunca cultivados, a determinada pessoa, com o encargo de os aproveitar, dentro de prazo fixado na Lei ou na carta de adjudicação. Era esta a resposta jurídica que a Coroa apresentava diante da crise agrícola e demográfica em terras lusitanas, consistente no dever de lavrar a terra (VARELA, 2005, p. 24). Os bens, quando incultos, retornavam ao patrimônio da Coroa, advindo daí o termo terras devolutas. Este é importante registro histórico sobre as relações jurídicas que se davam com a propriedade pública e o império das cláusulas resolutivas como institutos jurídicos que se valia a Coroa para manter o controle indireto dos bens dados em concessão ou como forma de atingir algum objetivo público da conjuntura de quando elaborado.

Destacado como o primeiro marco de condição resolutiva que se tem registro na construção normativa aplicada nas novas terras, a '*obrigatoriedade de cultivo*' Varela (2005), pode ser constatada na transcrição do original feita pela autora mencionada. Estabelecia o texto

Stabeleçemos. Hordinhamos e mandamos que todolos que ham herdades suas proprias ou tiverem emprazadas ou aforadas ou per outra qualquer guisa ou titulo perque aiam direito em essas herdades seiam costranjudos per as laurear e semear. E sse o senhor das herdades nom porder per ssi laurar todalas ditas herdades que ouuer, por seerem muitas ou em mujtas desuairadas comarcas ou elle for enbargado per algua lidima rrazom per que as nom possa per ssi laurar todas, laure parte dellas per ssi e per hu ell quiser e lher mais aprouuer e quanta laurar poder sem grande dapno e com meor seu encarrego a bem vista e ordinhaço detremjnhaçom daqueles a que pera este for dado poder. [...] E sse os senhores das herdades per essa negrigença nom quiserem comprir todo esto que per nos he hordinhado nem quiserem laurar nem aperfeitar essa herdades per ssi ou per outrem como dicto he. A justiça dos lugares ou aquelles a que per esto for dado pode dem essa herdades a quem na laure e semee por certo tempo e por penssom ou per parte certá. ... E essa parte ou penssom que ho laurador assy ouuer de dar seia per o bem do comuu em cuio termo essas herdades jouuerem mais nom seia dada nem despesa em nehhu huso se nom per nosso spicial mandado. (SIC)(VARELA, 2005, p. 23-24)

O contexto do comércio com as Índias Orientais e as disputas internas havidas no continente Europeu, principalmente com a expansão das rotas marítimas e a maior intensidade do comércio, dentre outros fatores como o ainda desconhecimento da presença materiais preciosos no território em apossamento, fazem com que a Coroa postergue maiores esforços de efetivo povoamento, optando pelo modelo de colonização de exploração econômica com a “distribuição” do território em grandes lotes denominado pelo regime de donatárias que dividiu o território em capitanias hereditárias, cujo titular era denominado “capitão” e sua transmissão se dava por sucessão, conforme destacado por Varela (2005). Dentre outras características, este modelo de concessão reproduzia o princípio presente em além-mar da obrigatoriedade de cultivo, essencialmente, construção de moradia, demarcação e produção.

Por aqui, o modelo português adquiriu o caráter de concessão administrativa sobre o domínio público com o encargo de cultivo (CARDOSO, 2010 *apud* LIMA 1990) outorgados pelos governadores gerais e provinciais. A concessão da propriedade se dava sob condição resolutiva, com termo de cinco anos, findo os quais se o proprietário não tivesse conferido uma destinação produtiva à terra, perderia sua propriedade.

Para Cardoso (2010) o regime sesmarial semeou o gérmen de um regime jurídico da propriedade fundiária que preteriu o reconhecimento dos direitos territoriais, decorrentes da forma de uso e posse coletiva da terra e de seus recursos naturais, exercida pelos índios, posteriormente pelos quilombolas, caboclos, dentre outras formas de povoamento tradicionais.

Ademais, enquanto em Portugal havia a supervisão dos representantes do rei, que tinham o poder de outorgar as terras abandonadas, assim como retirá-las de quem não as aproveitasse dentro do prazo estabelecido, por aqui não foram constituídos supervisores para fiscalizar as transferências, e as concessões de Datas, que consistiam na transferência de

terrenos das cidades e vilas para edificação particular concedidas pelas municipalidades. Sesmarias não foram concedidas a trabalhadores, mas a fidalgos e para Ordens Eclesiásticas.

No Caso brasileiro o termo sesmarial passa por mudanças passando ter significado de qualquer terra vaga, desocupada, em geral nunca antes aproveitada. A concessão pelo rei se baseava no direito de conquista,(VARELA, 2005) já que o mesmo teria o domínio eminente sobre todo o território. Em tal aspecto, cumpre destacar que o princípio *jus emines* se caracterizou como construção doutrinária de legitimação do centralismo monárquico português e da soberania régia, presente nas Ordenações Filipinas. O beneficiário do privilégio sesmarial obtinha um direito perpétuo e alienável, variando as rendas incidentes sobre a terra dada.

Varela, (2005) mencionando conceituação de Oliveira Marques, destaca que a sesmaria era antes uma forma de apropriação do que de propriedade, forma de apropriação fundada na condição de cultivo. A autora aponta que o conteúdo material desta forma de domínio do direito luso não se esgota em qualquer cultivo. Em decorrência da crise na agricultura européia, a Lei de 1375 determinava a cultura de gêneros alimentícios, impondo restrições quanto à criação de gado.

[...] A falta de gado para a lavoura e seu preço excessivo ensejaram tais medidas, que procuravam constranger o lavrador a ter somente o gado necessário à sua lide no campo, “tantos bois pera laurar quantos forem mester pera a lavoira”, do dizer da Lei. Havia também a proposta de combate aos altos preços da venda do gado, mediante sua fixação prévia. (VARELA, 2005, p. 34).(grifo nosso.)

Por outro lado se incentivava o cultivo de produtos como trigo, cevada, milho, que haviam de prover o sustento da população, num contexto de escassez e carestia. Assim, em tese, a Lei de Sesmaria se propunha como uma iniciativa jurídica de resposta à crise de alimentos, exigindo a agricultura de gêneros alimentícios para o abastecimento em um contexto onde a principal ocupação política da Coroa estava focado na expansão do comércio com as Índias Orientais no auge do mercantilismo europeu.

Dentre outras, razão pela qual a Lei de Sesmarias pode ser apontada como uma lei de fixação de costumes da região lusitana de dar terras, já que o rei, atendendo às constantes demandas das Cortes tornou lei geral. Aliás, vale destacar que o costume constituía a principal fonte de direito em Portugal no século XIII e continuou sendo de vital importância por vários séculos embora convivendo com a atividade legislativa do Rei, primeiro de maneira restrita e com mais expansão no reinado de Afonso II com a promulgação das Ordenações Régias.

O elemento essencial para a compreensão do instituto da sesmaria é precisamente sua natureza pública, (VARELA, 2005), ou seja, o fato dos territórios pertencerem à Coroa, sob a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo. Contudo, quando do transporte destes institutos para as novas terras os mesmos passaram por alterações. Enquanto em Portugal as concessões eram utilizadas para a exploração de terras abandonadas, esvaziadas no período das navegações (CARDOSO, 2010), o mesmo não ocorria em terras de além-mar dado que em primeiro lugar no Brasil não haviam terras abandonadas. Souza, 2007 *apud* Cardoso, 2010, aponta a existência de dados de que a Amazônia teria sido povoada por índios desde 31.500 antes de Cristo, sendo que dos seis grandes troncos linguísticos na região da Amazônia até a chegada dos portugueses na região por volta de 1616 - Aruak, Karib, Tukano, Pano e Jê - existiam cerca de 718 línguas. Com a invasão portuguesa na região ocorreu grande migração de indígenas para as cachoeiras dos rios afluentes do Rio Amazonas.

No processo de colonização portuguesa no Brasil, inicialmente, ignorou a existência de povos indígenas centenários (CARDOSO, 2010) - que só tiveram o reconhecimento jurídico da posse sobre as terras que ocupam na constituição de 1934 e ainda hoje diversos povos enfrentam a problemática da demarcação de seus territórios ou os casos de invasões de territórios demarcados por madeireiros e grileiros ou ameaças políticas de discursos extremados.

O espírito mercantilista presente no processo de “transplante jurídico”, observado nas bases da política que direciona as relações econômicas entre metrópoles Europeias e colônias americanas é outro dos elementos importantes para a compreensão dos efeitos deste instituto. (NEGRI, 2015 *aput* VARELA, 2005) desta que nas colônias, no cenário de saques e exploração, as estruturas que se organizavam para atender à demanda da generalização de mercadorias são, fundamentalmente, o latifúndio, núcleo da agricultura voltada à exportação, e a utilização da mão de obra escrava. Ademais, a renda do escravo é tido como a maior categoria econômica fundamental neste período, “[...] onde a propriedade de escravos tem maior importância do que a posse de terras, pois é o que instrumentaliza a produção, além de exigir valioso investimento por parte do senhor, enquanto que a terra era doada gratuitamente pela Coroa Portuguesa” (VARELA, 2005, p. 79-80). Ademais, por muitas vezes, possuir escravos seria a condição para receber terras de sesmarias, não beneficiando, portanto, trabalhadores ou cultivadores eventuais, mas aqueles já dotados de posses e riqueza.

Portanto o modelo jurídico da sesmaria fora implantado como forma de assegurar a própria colonização, não se cogitando, alhures, resolver a questão do acesso à terra e de seu cultivo, mas tão somente regularizar a colonização. Isso fica evidente quando se analisa o

procedimento pelo qual se dava o pedido de sesmaria. Sobre tal procedimento, descreve Junqueira (1976):

O pedido recebia as informações do provedor da Fazenda Real no município de situação das terras, e do procurador da coroa, subindo assim instruído a despacho final. Deferido, lavrava-se na Secretaria de Estado a carta de sesmaria, como um título provisório, cabendo ao interessado suplicar ao rei, dentro em três anos, a carta de confirmação, que era o título definitivo (...) A concessão da carta da sesmaria, se fazia para que o concessionário usufruísse as terras como suas próprias, para ele e para todos os seus herdeiros, ascendentes e descendentes(...) (JUNQUEIRA, 1976: 69).

Destacando peculiaridades do sistema sesmarial brasileiro, Faoro (2009), destaca que a sesmaria perde o caráter administrativo que lhe fora infundido pela legislação portuguesa e passa a acentuar seu conteúdo dominial, gerando, a despeito de seus propósitos iniciais, a grande propriedade.

Depois de perder o caráter administrativo que lhe fora infundido pelos legisladores de Portugal, para acentuar seu conteúdo dominial, o regime de sesmarias gera, ao contrário de seus propósitos iniciais, a grande propriedade. Para chegar a essas linhas de contorno, muito se deve ao influxo da escravidão e ao aproveitamento extensivo da pecuária, fatores que se aliam ao fato de que, para requerer e obter sesmaria, era necessário o prévio prestígio político, confiada a terra não ao cultivador eventual, mas ao senhor dos cabedais ou titular de serviços públicos. A propriedade seria, desta sorte, uma afirmação aristocrática, para uma grande empresa ou para o domínio de lavradores e vaqueiros (FAORO, 2009, p. 464).

As liberalidades nas concessões de sesmarias (FAORO, 2009, p. 464), com áreas de dez, vinte e até cem léguas, com diversas doações a um mesmo requerente, que, em 1822, não havia mais terras a distribuir. Salienta o autor que, após a distribuição das sesmarias, definiu-se um quadro em que a grande propriedade tomou conta do Brasil, com a dependência e o entrave da ascensão do lavrador que não era proprietário das terras.

A sesmaria não serve ao cultivo e ao aproveitamento, mas imobiliza o status do senhor de terras, utilizada menos em proveito da agricultura do que da expansão territorial, estimulada esta pelos agentes do rei no Brasil. O fim do regime das sesmarias estava, mesmo antes da Resolução de 17 de julho de 1822, decretado pelos fatores de exaustão dos bens a distribuir fecha um período histórico. (FAORO, 2009, p. 465).

Muito embora tivesse a concepção de concessão administra com cláusula de resolução em caso de descumprimento das condicionantes, o princípio de cultivo, entendido pelas obrigações de delimitação, estabelecimento de moradia e desenvolvimento de atividades agrícolas, no Brasil o regime de sesmarias, (NEGRI, 2015 *apud* LIMA, 1990, p. 41),

representou “[...] verdadeira doação de domínios régios, a que só a generosidade dos doadores serve de regra”.

Ademais, descrevendo o resultado do modelo de concessão do regime de sesmarias descrever Lima (1990):

Não é de esquecer, no entanto, o modo por que a população colonial se estabeleceu no nosso território, obedecendo, não a um plano de distribuição geográfica predeterminado, mas ao arbítrio e à conveniência individual. Este abandono a si próprio do nosso colono, para a escolha de sua sede territorial, nascido das falhas e deficiências da administração portuguesa, tinha, forçosamente, que refletir-se sobre a propriedade, em que somente a aquisição *jure occupationis* podia fazer-lhes *pendant*. Assenhorar-se de um pedaço de terra e cultivá-lo, além de tudo, devia, para os nossos colonizadores, ser preferível a correr a hierarquia da administração até ao governador e, depois até ao rei, a fim de obter uma concessão de sesmaria. As concessões de sesmarias, na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos a latifúndios, que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se das terras que desejavam para si. (LIMA, 1990, p. 41)

Destacando a constituição normativa do aspecto latifundiário das concessões, recebe especial destaque o Regimento de 17 de Dezembro de 1548, que afasta a obrigação de contrapartida onerosa pela transferência de sesmaria. Neste sentido o destaque de Lima, 1990, p. 40 *apud* Cardoso, 2015, p. 28)

Quanto ao espírito latifundiário prestigiado na lei escrita, o Regimento de 17 de dezembro de 1548 introduziu o novo princípio: a concessão de Sesmarias livre de foros para a construção de engenhos de açúcar e estabelecimentos semelhantes àqueles com possibilidade para fazê-lo. Enormes porções de terra, verdadeiras capitanias, foram concedidas àqueles que alegaram ser ‘homens de muitas posses’, possuírem gados e escravos de toda sorte’, originando os “futuros senhores de engenho e fazendas, de que se iria informar a aristocracia econômica da sociedade colonial brasileira.

Conforme decorre do registro histórico, desde o princípio do processo colonial, os institutos de concessão prestigiaram pessoas com prestígio político na Corte lusitana. O regime censitário de acesso à posse, já que todas as terras eram de propriedade da Coroa, fora destacado por Faoro (2001, p. 464) como “[...] uma afirmação aristocrática, para uma grande empresa ou para o domínio de lavradores e vaqueiros.”

A consolidação do aspecto dominialista se deu pela instituição do regime de tributação, segundo critérios de “grandeza e bondade das terras”. Sobre as imposições destas onerações, Cardoso (2015) menciona lição de Ruy Lima acerca do aspecto de apropriação que tal medida resultou. Assim,

A imposição de foros, para Lima, equivaleria a uma apropriação legal do respectivo domínio direto, feria de frente o preceito das Ordenações que definia que a Sesmaria não poderia ser apropriada nem pelos próprios representantes do rei, podendo unicamente ser concedida de Sesmaria, sem pensão ou foro. Inaugurava-se, assim, “o regime dominialista da instituição das Sesmarias, que perdem desde, então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para definitivamente a feição de concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio. (CARDOSO, 2010, p. 28)

Com estas imposições, a legislação institui aspecto arrecadatório sobre as terras públicas. Como decorrência imediata desta medida se afasta da possibilidade de acesso às terras públicas todos aqueles desprovidos de recursos. Assim se descaracteriza estas como bens públicos,

[...] outorgando direito incondicional aos que pudessem pagar pela terra, sem qualquer encargo efetivo sobre seu uso. É a imposição da contrapartida onerosa por meio do foro, que opera a ruptura com o regime Sesmarial pátrio das Ordenações Portuguesas, preparando o advento de uma legislação especial. (...) No tocante ao regime jurídico da propriedade pública, verificou-se que no regime Sesmarial a Coroa Portuguesa e, posteriormente, o Governo Geral instituído no Brasil, eram titulares de relações jurídicas de propriedade que tinham por objeto as terras brasileiras. Estes estavam investidos de poderes definidos na legislação esparsa colonial (Ordenações, Regimentos e Alvarás), enquanto proprietários das terras conquistadas. As terras eram de propriedade pública por direito de conquista. Essa relação jurídica era marcada e influenciada pelos fins públicos que devia obrigatoriamente atender, qual seja: a colonização do território brasileiro. (CARDOSO, 2010, p. 29)

Diversas foram as tentativas da Coroa em regularizar o sistema de sesmarias. Dentre estas, reverbera destaque ao empreendimento de definição como “[...] extensão máxima das áreas a serem concedidas por sesmaria” que a partir das últimas décadas do século XVII, que restara inócua, juntamente com as “disposições acerca da obrigatoriedade do cultivo, um dos principais itens da Carta Régia de 1695.” (Motta, 2004, p. 5)

Dentre os esforços para a regularização fundiária das áreas dadas em sesmarias, as tentativas de fixação de limites não impediram a expansão territorial praticado pelos fazendeiros e por uma ampla camada de posseiros. Exemplificando estes esforços, destaca-se:

Assim, por exemplo, as resoluções de 11 de abril e 2 de agosto de 1753 determinavam que “as terras dadas de sesmarias em que houvesse colonos cultivando o solo e pagando foro aos sesmeiros deveriam ser dadas [em sesmaria] aos reais cultivadores”. Da mesma forma, o Alvará de 1795 preocupava-se com a necessidade de não doar terras nas áreas já ocupadas por colonos, desejando com isso que se evitasse conflitos de terras. Segundo o mesmo, as irregularidades e desordens na doação de sesmarias no Brasil provocaram a necessidade de elaborar um regimento próprio, capaz de obrigar a regularização e demarcação das sesmarias. O Alvará não deixava de salientar os abusos e desordens resultantes da ausência de um regimento a ser aplicado em “todo o Estado do Brasil”. Em 1809, mais um Alvará é promulgado pelo príncipe regente para retornar a condução da política de

terras. (MOTTA, 2004, p.5-6)

Apesar de, aparentemente, a Coroa tentar ordenar o processo de ocupação territorial, este passa por enorme expansão às margens do controle daquela durante os séculos XVI ao XVIII. Analisando os desafios postos para a Coroa neste período, se destaca a colação das lições de Motta:

O primeiro era que a implantação de um instituto jurídico, criado para promover o cultivo, era utilizado para assegurar a colonização. Nas terras coloniais, a questão não se resumia à necessidade de aproveitamento das terras, mas implicava fundamentalmente ocupar e explorar estas terras, dominá-las enquanto área colonial. Em segundo lugar, a obrigatoriedade e o incentivo ao cultivo estimulavam o crescimento de categorias sociais estranhas aos sesmeiros. Muitos deles, por exemplo, preferiram arrendar suas terras ou parte delas a arrendatários que, muitas vezes, sublocavam parcelas de terras a pequenos lavradores. A delegação de poder que acompanhava a prática dos grandes arrendamentos não só permitia o surgimento de uma nova categoria social - o grande arrendatário - como colocava obstáculos ao trabalho da Coroa de verificar o cumprimento da exigência do cultivo e da demarcação de terras. Em terceiro lugar, a incapacidade da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava de terras, pretensa ou realmente devolutas (MOTTA, 1998, p. 121-122).

A ausência de controle por parte da Coroa, acerca da expansão, por apossamento, das terras fez com que esta prática se tornasse recorrente, sendo mais tarde reconhecida pela Lei da Boa Razão de 1769, conforme destacado por Motta (2004). Esta lei estabelecia os requisitos de racionalidade, podendo ser entendido como cultivo, e critério de antiguidade, ambos presentes no costume de posse. Ademais, o costume de posse tinha precedentes históricos na tradição romana e na legislação portuguesa com o chamado direito de fogo morto. Contudo, destaca Motta (2004), acerca do costume de posse que “[...] ele feria o espírito das leis de Portugal, pois estas dispunham que as terras deveriam ser adquiridas unicamente por concessões de sesmarias”, e prossegue acerca deste regime destacando que

[...] a aquisição de terras devolutas pela posse com cultura efetiva se tornou verdadeiro costume jurídico (...). Com isso o costume da posse passou a ter aceitação jurídica, consolidando a tendência de reconhecer, no texto da lei, a existência daquele que ocupava a terra, já que os vários decretos, resoluções e alvarás sobre as sesmarias não deixavam, de uma forma ou de outra, de salvar o interesse daquele que efetivamente cultivava a terra. (MOTTA, 2004, p. 7)

E prossegue exemplificando acerca desta prática jurídica no nordeste brasileiro, apontando que

Em 1821, a Coroa atendeu aos pedidos feitos por vários posseiros de Pernambuco que solicitavam serem conservados em suas terras, pois haviam sido de lá expulsos em razão das sesmarias ali concedidas posteriormente. Para tanto, a Decisão referia-se a Ordens anteriormente promulgadas pela Coroa Portuguesa acerca do mesmo problema. Um ano depois, uma nova solicitação, desta vez de posseiros da Vila São João do Príncipe, levou a uma nova Decisão, de 14 de março de 1822, reafirmando o direito dos posseiros mais antigos sobre as terras que fossem dadas posteriormente por sesmaria. (MOTTA, 2004, p. 7)

A concessão de sesmaria acabou sendo suspensa em 17 de julho de 1822, durante a regência da D. Pedro. Naquele momento o país passava por conjuntura extremamente complexa, muito em decorrência da conjuntura que assolara a Europa e o aumento do poder de uma oligarquia que se formava no território nacional, baseada na estrutura de grilagem das terras e da manutenção rígida do instituto da escravidão. Neste contexto é proclamada a independência do Brasil.

Destacando o aspecto histórico, de modo clássico, sobre o sistema de sesmarias e seu desenvolvimento, destacada lição de Menezes e Souza citada por Piazza (1975) sobre a forma como o modelo de sesmarias afetou a estrutura fundiária nacional e suas implicações para o poder público e o impacto quando da imigração de lavradores europeus. Transcreve o autor:

Desde o tempo da divisão do Brasil em capitanias, as quais eram concedidas aos donatários com poderes discricionários, mediante o pagamento à Coroa de um direito de suserania, adotou-se um vicioso sistema de apropriação do solo. Sesmarias de uma, duas e três léguas eram distribuídas por toda a vasta extensão do país, o Príncipe Regente, ao chegar ao Brasil em 1808, reviveu a autorização para serem essas sesmarias concedidas pelos governadores e capitães-gerais, e a 25 de novembro do mesmo ano permitiu que, a bem da agricultura, fossem concedidas terras por sesmarias, com a condição, porém, de todos os concessionários obterem do desembargo do paço a respectiva confirmação.

Resultou desta amplitude de liberdade que todas as terras das cidades do litoral e de importantes povoações caíram no domínio particular, de modo que hoje não é possível achar nas cidades populosas, junto dos mercados e no correr das grandes linhas de comunicação, um palmo de terra, que pertença ao Estado e possa ser convertido em núcleo de colonização ou distribuído aos emigrantes.

Dessa concentração de propriedade na mão de poucos, resultou o abandono da agricultura nos campos, a estagnação ou falta de desenvolvimento das construções urbanas, pobreza e dependência de grande parte da população, que não achava campo à sua atividade, nem meios de se tornar proprietária, e finalmente as dificuldades, que hoje cercam a administração pública para oferecer aos imigrantes colocação confortável e apropriada e que os prenda ao país onde vieram procurar condições de existência mais favoráveis, do que as que na pátria se lhes deparavam. (SOUZA, 1875 apud PIAZZA, 1975, p. 628-629).

A suspensão, *per si*, das concessões de sesmarias deve ser entendida dentro do contexto das questões que envolvem o sesmeiro e a posse, o que se dava por meio de complexo processo. Destaca menção de Motta (2004, p. 7) acerca destes processos em douda pesquisa da mesma.

No entanto, para se compreender as questões que envolvem o reconhecimento do direito à posse em sua relação com o sesmeiro (detentor de um documento) é preciso relacionar o emaranhado processo de concessão de sesmaria e o jogo de interpretações sobre o direito a terra em fins do século XVIII que virão a sustentar as interpretações “nacionais” ao longo dos oitocentos, após o fim da concessão. Para tanto, realizei o levantamento e análise de processos de embargo e despejo presentes no Museu da Justiça do Rio de Janeiro relativos à região de Maricá e os processos que chegaram à Corte da Apelação do Rio de Janeiro ao longo dos oitocentos, também relativos à região. Se – como afirmamos – as cartas de sesmarias são entendidas como ponto zero da ocupação dos litigantes, é preciso compreender a fundo o encaminhamento do processo de concessão até a portaria final que legaliza a forma de ocupação e as legislações pertinentes que procuraram redefinir e reorganizar o instituto de sesmarias no Brasil.

Tomando o entendimento de que o marco de registro agrário, e do caos fundiário que se viria a seguir, destaca-se que

[...] os documentos oriundos da concessão de sesmarias imprimiam uma definição fluida sobre os limites territoriais, posto que toda legislação no sentido de delimitar e demarcar as terras concedidas continuaram a ser letra-morta, mesmo após o fim do sistema em 1822. Neste sentido, após essa data, eram poucas as terras de sesmarias que haviam passado por algum procedimento de medição e demarcação. (...) isso revelava a perpetuação do poder dos terratenentes, donos de sesmarias anteriormente concedidas. As indefinições dos limites permitiam que sesmeiros se transformassem de fato em grande posseiros, ocupando terras devolutas ou – em áreas de conflitos – invadindo terras de outrem. (MOTTA, 2004, p. 8).

Tal indefinição de limites, pode ser tomado como um dentre os determinantes da geração de conflitos. Dado que aqueles sesmeiros que dispunham de maior acumulação de capital, realizariam maiores expansões de seus limites territoriais haja vista a ineficiência, se assim se pode conceber, do poder de fiscalização ‘por parte do poder central. Ademais, importante reportar menção de Motta (2004), acerca da dimensão simbólica de poder que a carta de sesmaria concedia ao seu detentor em relação aos pequenos posseiros que se lançavam em tentativas de apossamento de pequenos marcos de terra, de onde se desenvolveu a pequena e média propriedade da terra, em coexistência conflituosa com a grande propriedade. Nesse sentido, destaca-se que

[...] o simples fato de possuir em suas mãos um documento de sesmarias trazia vantagens incomensuráveis ao litigante, autor de um processo envolvendo pequenos posseiros. A carta, ao revelar a dimensão simbólica de seu poder, tornava-se a expressão da verdade que se queria imprimir. Em muitas ocasiões, os advogados dos réus, esforçavam-se por demonstrar que a sesmaria estava em comisso, que a extensão territorial alegada não estava de acordo com as informações presentes na carta e que a primazia do cultivo dos posseiros deveria assegurar o seu direito a posse, a despeito da existência de um documento de sesmarias do autor. Em longos processos (alguns com mais de 500 páginas) advogados buscavam fundamentar sua contrariedade frente à utilização do documento de sesmaria pela outra parte do litígio, baseando-se em toda a legislação que – como vimos – impunha a delimitação

e demarcação de terras. (MOTTA, 2004, p. 8)

E prossegue acerca do insucesso, ou da ineficiência, da produção normativa para resolver a questão da regularização, entendida, então como delimitação e demarcação da terra, conforme lição de Motta, 2004, p. 8,

[...]o emaranhado da legislação acerca daquela concessão não havia conseguido impor a obrigatoriedade de delimitar e demarcar a terra. Os limites continuaram fluidos, as delimitações territoriais mantiveram-se vagas e operadas pelo sesmeiro a partir de seus interesses pelas áreas fronteiriças. Não à toa, quando acompanhamos os processos que envolvem disputas de terras no oitocentos, encontramos reiteradamente a noção de que a concessão de sesmaria configura o “marco zero” da ocupação do local do litígio, em contraste com as alegações de que aquelas terras haviam sido ocupadas por sistema de posse, reconhecido a partir da lei da Boa Razão. O problema ainda se complica quando nos deparamos com litígios onde há de fato duas cadeias sucessórias “inauguradas” com cartas de sesmaria. Os desdobramentos disso são por si só reveladores da dificuldade de se definir quem é de fato o verdadeiro dono daquelas terras, o que em outras palavras significa dar um grau de veracidade a um documento em detrimento de outrem.

Assim, conforme registro da eminente autora, se adota como marco zero, para fins de registro de imóveis rurais sesmeiros, aqueles convalidados pela Lei da Boa Razão de 1769.

Com este marco institucional, o país, que começou sua configuração como território por meio da transposição de institutos jurídicos do direito lusitano, conforme destacado anteriormente, passa constituir seu marco normativo próprio, dada a desconfiguração do regime sesmarial nos termos em que fora juridicamente transposto conforme a legislação de 1375. Portanto, a Norma 769, pode ser tomada como uma das primeiras construções de preceitos normativos determinadas pelas condições constituídas pela conjuntura peculiar do território da então colônia, já que as Ordenações Afonsinas e Filipinas partiam do paradigma político de Portugal. Ademais, é dos primeiros institutos que convalida a apropriação da terra na forma de grilagem.

2.2 DO REGIME DE POSSES

O esgotamento do regime de sesmarias como mecanismo de distribuição de bens, era evidente no início do século XVIII, de forma que seu fim já estava de certa forma decretada mesmo antes Resolução de 17 de julho de 1822. Com isso se fechou um período histórico, (FAORO, 2001, p. 465), instaurando um novo Regime de Posses ou “Império de posses” Silva, (1997), já que neste período de 1822 a 1850 não houve nenhum tipo de normatização e regulamentação agrária e a posse fora a única forma de aquisição de terras. Nesta fase, ocorre

o aumento do número de posseiros, de grandes propriedades e a consolidação das oligarquias nacionais. Ao mesmo tempo, com base nas Normas anteriores não se poderia regularizar as posses por expressa vedação vez que somente se regularizaria as concessões. Também é neste contexto que ocorre maior delimitação territorial de interiorização da colonização rumos às regiões centro-oeste do país.

O novo regime, que se instalava em ambiente que trazia consigo todas as contradições estruturais e antagonismos de interesses entre os já consolidados grandes latifundiários de um lado e os posseiros que almejavam um pedaço de chão. O novo regime se conforma pela alteração da forma de acesso à terra. No sistema anterior, predominava os favores do poder público. Agora a terra passa a ser adquirida, Faoro (2001), pela herança, pela doação, pela compra e, sobretudo, pela ocupação com a posse sendo transmitida por sucessão e alienável pela compra e venda.

Dissertando acerca do novo instituto, qual seja, a ocupação, merece destaque a preleção de Cardoso (2010) citando Lima (1990) acerca do critério de afetação das terras públicas e do fundamento jurídico da posse.

[...]“o instituto jurídico do colono, premido pelas contingências econômicas, criadas com as concessões de latifúndios, decididamente, afastou a ficção da propriedade estatal, que se atravessava entre ele e a terra, e pela posse e pelo cultivo, desde logo, se investiu nessa mesma propriedade que, a homens de sua condição, sabia estar, de antemão destinada. [...] Nota-se que o critério da afetação das terras públicas com cultura efetiva, fundamentou o reconhecimento da segurança jurídica da posse no regime de posses. Ao reconhecer a situação fática do costume da ocupação, aproximou o Direito da realidade territorial, o interesse estatal do interesse público, democratizando, pela primeira vez na história territorial brasileira, o acesso à propriedade pública. Frise-se que a posse da terra pelos posseiros que as ocuparam, com o fim de cultivo e povoamento, foi considerada um fim de utilidade pública, inaugurando, dessa forma, o reconhecimento de direitos de particulares sobre bens de propriedade pública, uma vez que o uso por eles promovido atendia o interesse público (colonização) e particular (local para morada e cultivo) ao mesmo tempo. (CARDOSO, 2010, p. 35-36)

Nesta fase da evolução dos regimes de apossamento, se nota maior presença do sujeito do colono. A figura do fazendeiro, que vai percorrer todo o lastro histórico nacional, com acumulado poder político e econômico, passa a atuar no cenário jurídico que deve considerar a ação dos pequenos e médios posseiros. Dissertando acerca dos novos fenômenos que passam interferir no mundo jurídico, com destaque para a ocupação com a diferença do conceito no direito romano,

Originou-se, neste período, o conceito de **ocupação** próprio do ordenamento jurídico pátrio. Diferencia-se, este, do conceito de ocupação do direito romano, para o qual o

simples apossamento da coisa pelo ocupante justificava a aquisição do domínio⁵³. No caso em tela, a ocupação ou posse deveria ser útil, isto é, necessariamente acompanhada da cultura do terreno. No entanto, a humilde posse com cultura efetiva, “cedo, entretanto, se impregnou do espírito latifundiário, que a legislação das Sesmarias difundira e fomentara”, afirma Lima⁵⁴. Também para Faoro os dois meios – as Sesmarias e a posse, depois de coexistirem, se concentram na ocupação, “no início forma de pressão nos latifúndios do lavrador humilde [...] depois o processo de constituir latifúndio”. Argumenta que, embora o requisito do reconhecimento da posse fosse a cultura efetiva, o posseiro, a partir da sua lavoura, estendia a terra até onde a resistência dos outros não obstasse suas pretensões territoriais. Para este autor, “de um modo e de outro, a grande propriedade era o objetivo, já fixado na imaginação e legitimado na consideração social. (CARDOSO, 2010, p. 36).

Neste cenário, Lima, (1990), destaca que os latifúndios tomavam, quase inteiramente, as zonas populosas, e com organização social e econômica já delineadas. Ademais, Cardoso (2010, p. 34) homens rústicos e pobres, o cultivador independente, o lavrador livre é asfixiado por este regime de propriedade, passando a ao apossamento de terras entre os limites das grandes propriedades ou em lugares distantes dos núcleos de povoamento.

No novo regime, o costume de ocupação pela posse e cultivo de terras serviram de parâmetro para o posterior reconhecimento destas como modo legítimo de aquisição do domínio. Assim,

Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se cousa corrente entre nossos colonizadores, e tais proporções esta prática atingiu que pode, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime de Sesmarias. Os dois processos chegaram a ter-se por equivalentes. Depois da abolição das Sesmarias – então a posse passou a campear livremente [...]. Era a ocupação, tomando do lugar das concessões do Poder Público, e era, igualmente o triunfo do colono humilde [...]. (LIMA, 1990, p. 51)

Consolidado o fim do sistema de sesmarias, novos marcos normativos foram construídos com vistas a regulamentar a propriedade da terra. Acerca deste período que marcou a fenômeno da posse, aqui entendido no marco temporal que vai de 1822 à 1850 quando é publicada a Lei de Terras, alia-se ao entendimento de Jones (2003) acerca do período de regência da ocupação em substituição da concessão.

Deste entendimento poder-se-ia concluir que a expansão inusitada das posses a partir de 1822 estivesse sendo feita em cima das terras de sesmarias incultas e abandonadas, (a maioria das terras, se é certo que praticamente todas as terras estavam já distribuídas em sesmarias) e, indiferentemente, por grandes e pequenos posseiros. É este, sem dúvidas, o raciocínio que está na base da afirmação de Maurício Vinhas de Queiroz, a da predominância historicamente possível da pequena propriedade, não fosse a Lei de Terras de 1850. (Jones, 2003, p. 56-57).

Além do marco de esgotamento do regime de sesmarias, merece destaque provisão de 14 de março de 1822 determinou que as medições e demarcações fossem feitas “[...] sem prejudicar quaesquer possuidores, que tenham effectivas culturas no terreno, porquanto devem elles ser conservados nas suas posses, bastando para títulos a reaes ordens, porque as mesmas posses prevaleção à Sesmarias posteriormente concedidas”(SIC) (LIMA 1990, p. 56).

Neste cenário era necessário definir, Jones (2003), critérios jurídicos de legitimação das terras que se encontravam em poder privado. Para tanto foram empenhadas diversas tentativas através dos Alvarás, que ao seu tempo, “[...] encontraram resistência, tanto dos latifundiários, quanto das burocracias da Colônia, sobretudo ao nível provincial ou local, dada a estreita dependência entre a burocracia e os potentados locais que se consolidaram definitivamente no Brasil desde o período das Regências.”. Com a atuação dos novos sujeitos no cenário de apossamento, começaram aparecer os conflitos, o que demandou a reestruturação legal da propriedade da terra. Acerca desta conjuntura destaca-se conclusão de Jones (2003, p. 57)), para quem

Essa necessidade de reestruturação do estatuto legal da propriedade devia-se, fundamentalmente aos permanentes conflitos que começaram a aparecer entre os antigos sesmeiros e os novos grandes posseiros, que, por exemplo, assumirá características de iminente radicalidade no contexto da expansão do café sobre as antigas sesmarias, quase abandonadas, do vale do Paraíba, entendimento este, comum a Faoro e a Caio Prado Júnior. Essa problemática dos conflitos entre grandes posseiros e antigos sesmeiros está no âmago do debate parlamentar da década de 1840, que desembocaria na conturbada elaboração e aprovação da Lei 601 de 1850.

O período foi marcado historicamente pelo período de ausência de lei expressa, ou “fase áurea do posseiro” que se caracterizou pela posse por ocupação como elemento definidor da legitimação da aquisição do domínio. Neste sentido, transcrição da lição de Cardoso (2010, p. 38),

[...] Na ausência da lei expressa, a instituição da ‘posse com cultura efetiva’, como modo de aquisição do domínio, só poderia ter sido estabelecida consuetudinariamente”. É a opinião de Lafayette, que em 1877, afirmou que “antes da citada Lei (Lei de Terras de 1850) vigorava o costume de adquirirem por ocupação (posse era o termo consagrado) as terras devolutas... A dita lei aboliu aquele costume.

Destacando exemplo de esforço de regulamentação do cenário em destaque, antecedendo a publicação da Constituição de 1824, exemplifica o autor,

Tal é o caso, por exemplo, do Alvará de 1795, que buscava tornar mais rigorosos os processos de doação e confirmação de sesmarias, reafirmando a exigência do

cumprimento das cláusulas de resolubilidade, pactuadas, especialmente exigindo a medição, registro, residência e exploração efetiva. Esse Alvará foi revogado, por decreto, pouco mais de um ano depois. Permanece, assim, a situação de ilegalidade para a maioria das terras ocupadas na Colônia, situação essa que se estenderá e agravará, até a suspensão do instituto de sesmarias, em julho de 1822, pouco antes da Independência do país, recrudescendo-se durante todo o período do "Império das Posses" (1822-1850), quando o Estado virtualmente se retira, envolvido em problemas políticos mais emergentes, da questão específica da legitimação da propriedade, limitando-se, apenas, ao estabelecimento de um preceito genérico acerca do problema da propriedade na Constituição de 1824. (CARDOSO, 2010, p. 57).

Com o processo de independência e o advento da Constituição Política do Império do Brasil de 1824, ficou garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude, também conhecido como direito absoluto de propriedade. Em seu artigo 179, XXII, dizia

Art. 179 [...] XXII. E'garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação.(Brasill, 1824).

A mesma Carta Imperial previu a promulgação de uma lei que visasse a regulamentação da ocupação das terras. Em 18 de setembro de 1850 fora promulgada a Lei nº 601, Lei Euzébio de Queiroz, dispondo sobre as terras devolutas do Império. Durante o período que vai da promulgação da Constituição Imperial em 1824 até a promulgação da Lei de Terras em 1850, o país ficou sem um marco jurídico que regulamentasse a questão da terra. Neste período se articularam e se chocam as forças do Estado e da violência privada dos latifundiários no enfrentamento das problemáticas agrária, com especial destaque nas disputas de posses. É conhecido como período das posses. Analisando o aspecto político desta lacuna, Jones (2003) aponta o que seriam algumas destas razões, que aparentemente sugeria o afastamento do Estado da questão agrária. Sustenta o autor que

Na verdade o Estado, propriamente, não se retirou da questão, mas, face à conjuntura de instabilidade política do período e incapaz de fazer face às oligarquias latifundiárias das províncias, os governantes optam por uma estratégia jurídico-política hábil e inteligente: por um lado asseguram o pleno direito de propriedade na Constituição, evitando, desta forma o conflito direto com os latifundiários; por outro lado, não promovem a regulamentação infra-constitucional do preceito constitucional (artigo 179, XXII da Constituição de 1824), evitando, desta forma, envolverem-se num confronto direto com o latifúndio num momento delicado de consolidação do Poder Político e do Estado Independente em formação. Só que, com os direitos constitucionalmente assegurados e sem nenhuma norma reguladora que limitasse a sua ação, as grandes posses avançaram celeremente, consolidando definitivamente sua posição na estrutura fundiária brasileira. Essa questão só será retomada na década de 1840, quando se inicia a consolidação do poder mediante o chamado "Golpe da Maioridade", embora na conjuntura de um equilíbrio político

eminentemente instável. (JONES, 2003, p. 57-58).

Assim o país, em franca expansão populacional, mantendo o instituto da escravidão com grande contingente humano cativo, aguça ainda mais a disputa pela posse das terras mantendo distorções estruturais de acesso à posse e propriedade fundiária com extrema restrição para pessoas desprovidas de capitais e escravos. O enfrentamento daqueles que desafiaram as estruturas legais da época e estavam dentre os desprovidos de recursos e almejavam a terra para o desenvolvimento da agricultura familiar, também conhecidos como posseiros, defrontaram com a ação da violência estatal, de um lado, e de outro com a ação da pistolagem patrocinada pelas oligarquias que, se aproveitando do lapso normativo, procuravam expandir suas posses.

Neste sentido, prossegue Jones (2003, p. 58), destacando a forma como se operacionalizou os privilégios e impunidades na revalidação e grilagem das terras públicas neste período.

[...] a certeza do privilégio e da impunidade, fará com que o próprio processo de legalização (titulação) das terras ocupadas, sejam por posses (que necessitavam ser legitimadas) ou se tratassem, simplesmente, de sesmarias não confirmadas ou caídas em comisso mas não arrecadadas pelo Estado (que exigiam revalidação), nunca tenha preocupado seriamente os grandes proprietários. É assim que, na sua maioria, os processos de confirmação das sesmarias, durante o período colonial, e a titulação dos diversos tipos de imóveis rurais, ulterior a Lei 601 de 1850, - permanecendo sempre neste último caso, como não poderia deixar de ser em um Estado de Direito, a alta exigência de que fossem realizados dentro das formalidades legalmente estabelecidas, inclusive prazos - nunca tenham sido rigorosamente efetivados. Este fato concreto, real, torna a maioria das terras até então apropriadas, ilegais ou, no mínimo, de legitimidade questionável.

Destaca-se considerações acerca do período de vácuo legislativo e a busca de soluções para a questão fundiária. Destaca o autor

Após esse vácuo legislativo e a fim de buscar novas soluções para os problemas fundiários do Império brasileiro, promulga-se então, em 18 de setembro de 1850, a Lei nº 601 Euzébio de Queiroz, também conhecida como Lei de Terras. A Lei 601, antes de tudo, previa a delimitação da propriedade no Brasil e a forma de concessão de novas propriedades a partir dessa data. Por um lado, a lei previa a legitimação das sesmarias concedidas que não haviam caído em comisso, a legitimação de outras posses (ocorridas essencialmente no período compreendido entre 1822 e 1850) e a demarcação das terras devolutas. Por outro lado, foi uma forma de se estimular a entrada de imigrantes no Brasil, já que previa o fim do trabalho escravo, sendo necessária a transição para o trabalho livre. Logo, essa transição seria financiada pela venda de terras devolutas da Coroa. Embora as medidas não tivessem uma correlação intimamente dependente, houve então, uma vinculação entre a questão da regulamentação da propriedade privada e a imigração. O que se pode concluir diante da Lei de Terras é que essa foi uma espécie de divisor de águas em relação à territorialização do Brasil, tanto na legitimação da propriedade privada e do

latifúndio como na demarcação de terras devolutas no país. Desse modo, toda e qualquer propriedade no Brasil deve ter como marco inicial a regulamentação da propriedade expedida em 1850 ou comprada da Coroa portuguesa, caso contrário é terra devoluta, ou seja, passível de desapropriação. (Silva 1996 *apud* Filho 2009, p. 66).

Estando com cenário público em profundas transformações no período que seguiu à proclamação da independência, com a formação um aparato estatal de com natureza nacional e tendo tido uma constituição imperial, a legitimação das posses se pautavam mais pela imposição do poder da oligarquia nacional. Neste contexto, com franco enfraquecimento do Estado ante as bases políticas que propiciaram o processo de independência, vez que estas se concentravam e se ancoravam nas oligarquias agrícolas e escravocratas, os processos de fiscalização do cumprimento das cláusulas e exigências pactuadas ficara em muito minadas, quando não impossíveis.

2.3 APONTAMENTOS SOBRE O REGIME DE POSSES NO SÉCULO XIX

No limiar do século XIX, o mundo ocidental sobre influência da Europa, passa por profundas transformações. A primeira revolução industrial estabeleceu novo paradigma societário com a migração de grandes aportes de capitais da agricultura para o sistema industrial. A máquina a vapor estabelece padrões de produção até então desconhecidos. Juntamente com o desenvolvimento da economia urbana, baseada na industrialização, a escravidão fora contestada, fruto da articulação dos movimentos abolicionistas e dos novos cenários que guiam a economia.

Em terras brasileiras, as oligarquias, principalmente do café em São Paulo e do Leite em Minas Gerais consolidam cada vez mais poder político. No campo, a mão de obra cativa, tal como na antiguidade grega e romana, era a responsável pela operacionalização das grandes plantações. As tensões sociais aumentam. O governo central, cuja sustentação se pautava pelos interesses oligárquicos, não dava respostas às crescentes demandas de milhares de pequenos e médios posseiros que começaram a se organizar em diversas regiões do país. Juntamente com as lutas de resistência dos quilombolas, os posseiros lutam de um lado contra as investidas de grandes proprietários ávidos pelas apropriações de novas terras férteis, seja pela via burocrática por meio do forjamento de documento, de onde surge o termo grilagem em alusão à prática de “envelhecimento” forjado de papéis pela reação química de dejetos de grilos para o forjamento de registros de terras.

Assim, o século XIX registrou grandes movimentos de manifestação política de

grandes fazendeiros do Sudeste e Nordeste, em especial, assim como dezenas de manifestações de cunho popular, com enfrentamento direto ao latifúndio. Merece destaque as lutas de Canudos, seja pela sua pauta, seja pela forma como o aparato estatal fora utilizado para massacrar os moradores do pequeno povoado.

Todo este breve quadro indicava a necessidade de respostas do governo central. Descrevendo o cenário que antecedeu à promulgação da Lei 601/1850, Jones (2003, p. 59), destaca o aspecto de fortalecimento da oligarquia cafeeira. Descreve que,

Em 1850, após um longo período de convulsões internas e um acirrado debate parlamentar específico que durou 7 anos para aprovação e mais 4 até a sua regulamentação, a Lei 601, cujas teses centrais já vinham sendo postas desde 1821 por José Bonifácio, estabelece critérios jurídicos para a legitimação de todas as terras ocupadas até então, fosse de forma legal (sesmarias) ou não (as posses). Na origem do processo parlamentar esteve a grande expansão cafeeira a partir de 1830. A produção de café nos anos 1831-1840 triplicou em relação à década anterior, e na década seguinte duplicou, quando inicia seu deslocamento em direção ao “Oeste [...]”.

No mesmo sentido as lições de Silva (1976, p. 49) descrevendo como o cenário nacional impelia a movimentação dos atores políticos relacionados com a questão fundiária.

A caótica situação da propriedade rural e os problemas da força de trabalho impeliram os setores dinâmicos da elite brasileira a reavaliar as políticas de terras e de trabalho. A Lei de Terras de 1850 expressou os interesses desses grupos e representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho (...). O assunto foi discutido pela primeira vez no Conselho de Estado em 1842 e um projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados no ano seguinte. O projeto baseava-se nas teorias de Wakefield e inspirava-se na suposição de que numa região onde o acesso à terra era fácil seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre nessas circunstâncias seria criar obstáculos à propriedade rural. (...) O projeto foi elaborado tanto para regularizar a situação daquelas propriedades que tinham sido ilegalmente adquiridas, como também, ao mesmo tempo, para estender o controle governamental sobre as terras em geral.

Muito embora a iniciativa de legislar, cumprindo o preceito constitucional de 1824, o novo diploma resultou em agravar o cenário para os pequenos posseiros, na medida em que em seu artigo 1º proibia a aquisição de terras devolutas por qualquer título que não fosse a compra, além da imposição de pesados fardos para aqueles que ocupassem tais terras. Destaca-se trecho do mencionado texto da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850:

[...] Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas

derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes. Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000. (Brasil, 1850).

Ademais, o referido diploma, mantendo a tradição de condição de cultura como requisito de validação de títulos, destaca acerca da revalidação de sesmarias:

[...] Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas. Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: § 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, comprehenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, comtanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha. § 2º As posses em circumstancias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em commissio ou revalidadas por esta Lei, só darão direito á indemnização pelas bemfeitorias. [...] (Brasil, 1850).

Portanto, o novo diploma reproduz o viés patrimonialista acerca do permissivo legal para acesso à terra, mantendo o mesmo padrão de exclusão das amplas massas desde o período colonial com a concessão de sesmarias. Ademais, defende Negri (2015, p. 75) que “A Lei de Terras, Lei nº 601, de 1850 (BRASIL, 1850), é conhecida como a primeira lei a abordar a regularização de terras públicas cultivadas que constituíssem a ‘morada habitual’ do posseiro.” Ademais, o diploma

[...]representa a inauguração, no ordenamento jurídico pátrio, da legitimação da posse, que, ao longo dos anos, foi tratada por inúmeros diplomas legais, de diferentes formas. O critério do cultivo, como observa Varela (2005), como diferenciador entre a propriedade pública e a privada implica, portanto, a atribuição de conteúdo à propriedade particular, “e de diversas graduações no interior desta: a propriedade do sesmeiro que de fato cultiva, a do sesmeiro que não cultiva, a do possuidor não-sesmeiro que cultiva[...]. (NEGRI, 2015, p. 78)

É o que decorre da redação do próprio texto:

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com

principio de cultura, e morada, habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: § 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animais que tiver o possessor, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha. § 2º As posses em circunstancias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em commissio ou revalidadas por esta Lei, só darão direito á indemnização pelas bemfeitorias. Exceptua-se desta regra o caso do verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hypotheses: 1ª, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionarios e os possesores; 2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos. § 3º Dada a excepção do paragrapho antecedente, os possesores gozarão do favor que lhes assegura o § 1º, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionario ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos possesores, ou considerar-se tambem possessor para entrar em rateio igual com elles. § 4º Os campos de uso commum dos moradores de uma ou mais freguezias, municipios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, emquanto por Lei não se dispuzer o contrario.(SIC) (BRASIL, 1850).

Importa identificar as implicações que a nova Lei de Terras produziria na realidade “agro-fundiária”(JONES, 2003, p. 75) nacional com relação o a propriedade territorial e ao acesso à terra no Brasil. Dissertando sobre este cenário, descreve o autor, em melhor descrição, do conjunto de elementos conjunturais que marcavam o cenário territorial do século XIX pontuando acerca da existência das terras públicas devolutas e a imposição do aspecto privatista de acesso à estas por meio da compra direta do Estado pelo novo ord:

[...] Haviam as **terras devolutas**, parte do domínio do Estado. Tratavam-se de terras que não se confundiam nem com a propriedade do Estado, como as destinadas a algum uso da União, das Províncias ou dos Municípios; nem com as demais terras que se encontravam, legitimamente, no domínio privado. As terras devolutas, por suposto, livres, sem nenhuma destinação ou utilização pública ou privada, que sempre estiveram sujeitas aos diversos modos e formas de apossamento, são estritamente regulamentadas pela Lei 601, ficando, logo no seu artigo primeiro, o acesso a essas terras, condicionado à compra ao Estado. A única exceção aberta, referia-se a possibilidade de cessão, por parte do Estado, a terceiros, na faixa de fronteira do Império com países estrangeiros. Portanto, no caso das terras devolutas, fica definitivamente vedado, como ilegítimo e ilegal, logo, sujeito às sanções - que vão do despejo com indenização e multas à prisão -, o seu apossamento.

E prossegue sobre o registro da coexistência na estrutura fundiária da terra tida como devoluta com a constatação da propriedade privada de imóveis havidos em sesmarias ou concessões diversas, de caráter oficial, destacados do patrimônio público e não tidas em situação de irregularidade fundiária. Ademais, tais áreas já se sujeitavam à regulamentação da Lei de Terras por decorrência do objeto de regulamentação desta. Destaca o autor:

[...] Havia as **sesmarias ou outras concessões oficiais legítimas** e como tais reconhecidas, que, portanto, eram parte efetiva do domínio privado, legalmente destacado do patrimônio público. Tratavam-se das sesmarias confirmadas e não caídas em comisso, assim como outras concessões do Governo Geral, Provincial ou municipal. Referiam-se as antigas sesmarias e concessões que se achavam integradas efetivamente à produção econômica e de exportação, (como era, por exemplo, a situação das terras da zona açucareira do Nordeste, embora houvessem outras situações que tais, em todo o território do país). [...] Estas, junto com as terras de domínio efetivo do patrimônio do Estado (as que tinham algum uso público, Nacional, Provincial ou Municipal), são legalmente reconhecidas como parte legal do patrimônio legítimo - público e privado - e como tais ficam fora do âmbito de abrangência do Universo da regulamentação da Lei 601, que se destinava ao estabelecimento das condições legais para a legitimação das terras consideradas de ocupação irregular: extralegal e ilegítima. (JONES, 2003, p. 75).

Por outro lado, haviam aquelas áreas em situação de irregularidade diante do poder público. Assim tidas, seja pelo descumprimento de condições de resolubilidade ou abandono, tinham na nova legislação expectativas de revalidação. Porém, ante a presença de posses em seu interior, instaura-se o conflito. Sustenta o autor,

[...] Havia as **sesmarias ou outras concessões anteriores não confirmadas ou caídas em comisso** pelo não cumprimento de algumas ou todas as condições de resolubilidade, ou simplesmente abandonadas pelos concessionários ou sesmeiros. Essas concessões e sesmarias, que eram parte dos latifúndios, têm, na Lei 601, a expectativa de direito à sua revalidação, entretanto, estando esse processo sujeito à determinadas condições claramente estabelecidas na Lei 601, referentes, sobretudo à presença de posses em seus interiores, que deveriam, em determinadas condições, ter prioridade. Disto deriva o sério conflito, [...] entre sesmeiros (estes sesmeiros) e posseiros (grandes, sobretudo). (JONES, 2003, p. 76).

Por outro lado, dentro dos espaços de terra pública e sesmarias, caídas ou não em comisso, surgiram as posses. De diversos tamanhos, estas eram impulsionadas pelas possibilidades que o desenvolvimento agrícola lançavam em perspectiva. São intensificadas, principalmente, no período de ausência legislativa fundiária na primeira metade do século XIX. Defende o autor que:

[...] haviam **as posses**, geralmente grandes, mas também as pequenas, que se formaram, sobretudo no período que se estendeu entre 1822, quando é suspensa a Lei de Sesmarias e 1850, quando a Lei 601 é aprovada. As grandes posses formaram-se nesse período, acompanhando as possibilidades abertas ao desenvolvimento da economia agrícola, e das amplas perspectivas gestadas pela Independência nacional, e se estabeleceram sobre sesmarias mais ou menos abandonadas, ou pela decadência econômica, como o caso de boa parte das sesmarias do Vale do Paraíba, de Minas Gerais e parte de São Paulo, após o final do ciclo da mineração (Faoro, op. cit.); ou pelas pressões decorrentes de outros conflitos engendrados no processo de independência e de consolidação do Estado Nacional, quando muitos portugueses, beneficiários de sesmarias pela antiga Corte metropolitana, caíram em desgraça. Havia posses que se formaram igualmente, em terras devolutas estatais, o que era mais raro no período, sobretudo, nas zonas economicamente mais vantajosas, inclusive no Nordeste, face às imensas dimensões

que tiveram as sesmarias concedidas no período colonial. (JONES, 2003, p. 76).

Ainda, neste cenário haviam as pequenas posses, constituídas por diversas formas e em diferentes conjunturas espalhadas pelo país. Estas posses, (JONES, 2003, p. 76) poderiam estar dentro ou fora das sesmarias ou em terras devolutas. O elemento comum que caracterizava estas posses, geralmente, era o afastamento das melhores terras. Ademais,

[...] Embora essas pequenas posses, enquanto tais, fossem asseguradas pela Lei 601, sobretudo elas, que preenchiam as condições básicas de legitimação, que seriam a morada habitual e a cultura efetiva, serão exatamente as que não conseguirão fazer valer sua expectativa "líquida e certa" de direito, passando, seus ocupantes a fazer parte, desde então, do imenso exército dos expulsos da terra e da sociedade civil (ver Faoro, op. cit.). Esses pequenos posseiros, por motivos de diversas ordens, nunca, ou raramente, terão a possibilidade de fazer valer os seus direitos civis, sobretudo quanto à propriedade, e desde essa época passam a constituir o imenso exército dos excluídos da terra, (os "sem terra") e do trabalho livre, como será analisado adiante.

Destacando o cenário territorial do século XIX, acerca das situações quando da entrada em vigor da nova norma, desta Varela (2005, p. 108)

[...] É caótico o cenário da distribuição territorial que a nova legislação agrária pretendia organizar, na segunda metade do séc. XIX. Tratava-se de um grande número de sesmarias não demarcadas, nem registradas, nem confirmadas; igualmente significativa era a quantidade de simples "posses", prática comum de aquisição de terra, que se firmou paralelamente aos complexos trâmites burocráticos exigidos para as doações sesmarias. [...].

Na construção da melhor interpretação do contexto turbulento pelo que passava o país, é o destaque que

[...] o contexto de transição no qual se insere a Lei de 1850, destacando a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, bem como a transição de uma determinada organização jurídica da terra a outra. Assim, como verdadeiro divisor de águas, constata a autora que, de um lado, a Lei de 1850 procura legitimar as apropriações anteriores, a partir do critério do efetivo cultivo; e, de outro, instituir novas regras "para que o Estado tomasse as rédeas do desordenado processo de apropriação do território e controlasse a colonização" (VARELA, 2005, p. 139 *apud* NEGRI, 2015, p. 76).

E, corroborando, com a análise deste período, destaca Faoro (2009, p. 465) ao indicar que não havia mais possibilidade, "[...] ao dono da sesmaria, de expulsar os posseiros, considerando os riscos da revolução social que isso geraria". Portanto, a única forma "[...] seria o reconhecimento da posse, com a extensão reduzida à de uma sesmaria para cultura ou criação igual às últimas concedidas na mesma comarca ou nas mais vizinhas". Nesse sentido,

observa Faoro (2009) acerca da criação da propriedade particular decorrente da terra devoluta e acerca dos limites teleológicos da Lei de 1850.

Graças à lei, a propriedade particular se extremou da terra devoluta, gozando a primeira, além de um título certo para a garantia de sua empresa, de um registro paroquial, embrião capaz de separar o senhor da terra do mero pretendente ao usucapião. Para o futuro as terras públicas só seriam adquiridas por meio da compra, com a extinção do regime anárquico das ocupações. Sobre esse estatuto se fixou a disciplina administrativa das terras, com a presença do poder público nas medições, completado com a reforma hipotecária de 1864. Uma inspiração mal esboçada continha ainda a Lei de 1850: a possibilidade de estimular, por seus preceitos, a colonização, com o imigrante adquirindo o chão de seu cultivo. Nesse campo, sombreado pela ineficiência de seus dispositivos, o estatuto territorial conserva, no regime da concessão, a velha energia sesmarial tradicional, que atribui ao Estado o objetivo do povoamento produtivo, com a propriedade particular comprometida a um fim, sem o cumprimento do qual reverte à sua origem (FAORO, 2009, p. 466).

Com o reconhecimento do marco da posse, como marco de validação do domínio, constitui-se a formação da propriedade nacional, com a superação do elemento concessionário e a caracterização do aspecto devoluto das terras, muito embora se destaque a presença do elemento cultivo como caracterizador da posse. Surge nesse período a figura da legitimação da posse, passando ser admitida como legítima, com consequente proteção estatal, a posse daqueles que preenchessem os requisitos legais, os imóveis regularizados seriam, então, retirados do patrimônio público e reconhecidos como propriedade privada, (NEGRI, 2015, p. 78) . Acerca deste período, desta Varela (2005, p. 154):

Neste processo de transição da forma *concessionária* à forma jurídica *plena* da propriedade territorial, buscar-se-á, em aparente paradoxo, um mesmo e velho elemento: o *cultivo*. Este servirá como critério para demarcar a distinção entre as terras devolutas e aquelas que serão, daí para diante, asseguradas aos seus senhores com o caráter de inviolabilidade. É a ausência do cultivo que determina o caráter *devoluto* das terras. A lei, em certas passagens, chega a equiparar terras *devolutas* a terras *incultas*.

Junqueira (1964, p. 68), conceituando terras devolutas, aponta que estas são as que não estão incorporadas ao patrimônio público, como próprios, ou aplicadas ao uso público, nem constituem objeto de domínio ou de posse particular, manifestada está em cultura efetiva e morada habitual.” No mesmo sentido atribui o termo àquelas não aproveitadas, não cultivadas, não apossadas. Para tanto, se baseia na legislação, Varela (2005, p. 155), imperial consubstancia na Ordem de 3 de Dezembro de 1836, Aviso nº 43, de 16 de março de 1847; Aviso nº 98, de 08 de maio de 1854 em seu artigo 37 e o Decreto nº 5788, de 04 de abril de 1874.

Acerca da finalidade da Lei de 1850, alguns autores destacam o aspecto da “boa

intenção” (FAORO, 2009), embora, a forma como concebida, além de tardia (NEGRI, 2015), a mesma não obteve sucesso em compensar a expansão do latifúndio, pela pequena propriedade.

Acerca dos pequenos posseiros, destacando sua ocupação em posição de subordinação diante da prevalência da concentração de riquezas nas mãos dos grandes proprietários.

Em que pese as boas intenções, essa legislação veio tarde demais. Não obstante a resistência encarniçada e, às vezes, altiva dos pequenos posseiros, estes não podiam sustentar por muito tempo a luta com os poderosos adversários possuindo relações no Rio de Janeiro, recursos abundantes para pagar advogados, e os lares necessários para fazerem viagens à sede do município. Conquanto subsistissem ainda grande número de posseiros, de 1830 a 1850 e mesmo mais tarde, tornou-se sua posição gradativamente subalterna, na medida em que a riqueza do município se concentrava nas mãos dos proprietários de grande lavoura. Prensados entre as grandes fazendas, dedicaram os pequenos sitiantes suas atividades à produção de mantimentos (FAORO, 2009, p. 467).

A partir da Lei de Terras, (BRASIL, 1850), a ideia da propriedade passa se dirigir ao sentido da realidade da época, tendo, portanto, natureza mais regulamentar. Isso se evidencia, notadamente, pela aproximação da situação de fato – posse-, em comparação ao modelo de sesmária, “até então frio e abstrato” (NEGRI, 2015, p. 78). Contudo, analisando o aporte evolutivo do instituto da propriedade da terra, Varela (2005, p. 162), defende a tese da consolidação da ruptura. Assim “elemento de permanência, o fundamento do cultivo é, aos poucos, na transição para o modelo de propriedade absoluta, deixado de lado.” Assim, no processo de estruturação de um modelo jurídico absoluto e pleno, o distanciamento se apresentaria como consequente lógico (NEGRI, 2015), sintonizado com o desenvolvimento da doutrina europeia em seu esforço de máxima abstração. Desta forma, a concepção de propriedade, em prioridade ao elemento forma em detrimento do conteúdo, vai assumindo viés individualista e potestativo.

Contudo cabe destacar, consoante entendimento de Negri (2015), acerca da relevância da legitimação de posse como elemento de formação da propriedade moderna da terra. Assim,

A legitimação da posse representa, por sua vez, o caminho inverso, a retomada do cultivo e de outros elementos caracterizadores da propriedade como determinantes para que seja conferida a devida tutela estatal. Trata-se, assim, da proteção do conteúdo da propriedade, ou seja, do reconhecimento jurídico das relações de fato existentes a partir do vínculo entre o homem e a coisa, convergindo com os princípios e valores que inspiram a atual Constituição Federal, bem como com a visão proposta por Dagan (2011), que confere importância tanto à forma quanto à

substância do instituto. (...) , em consonância com a adoção pelo ordenamento jurídico pátrio _ após a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), cujos princípios fornecem as bases das disposições do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) _ de uma visão social e múltipla da propriedade, encontram-se diplomas legais⁵¹ que preveem a legitimação da posse, reconhecendo, nessa circunstância fática, valores humanos inerentes à noção de propriedade, merecedores, portanto, de proteção jurídica. A Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 (BRASIL, 2009d), insere-se dentre esses diplomas e, no âmbito da Amazônia Legal, cuida da legitimação das ocupações incidentes em terras públicas federais, em áreas rurais e urbanas. (NEGRI, 2015, p. 79).

A guisa de conclusão, merece destaque as observações de Smith (1990,p. 330), para quem:

A Lei de Terras regulara finalmente a posse e a sesmária em comisso. A rigor, não fugira juridicamente de certas cláusulas que a legislação de terras portuguesa sempre considerara – a legitimação, em última instância, pela utilização efetiva. (...) Era uma diretriz que, mesmo não obedecida, fazia, como fizera anteriormente na colônia, criar um fosso entre a apropriação privada e o reconhecimento público da propriedade fundiária. Principalmente porque limitava a área da propriedade.

A sistemática dos regimes de propriedade da terra, iniciado com o sistema de Sesmarias de 1375, transposto para as colônias portuguesas, assumiu características próprias no território brasileiro. Consubstanciado no preceito de concessão, as sesmarias, na forma de capitâneas hereditárias e condição de cultivo, foram a gênese da estrutura territorial latifundiária. Durante o processo evolutivo, com a proclamação da independência e da Constituição Imperial e subsequente Lei de Terras, preenchendo lacuna temporal e normativa acerca da questão fundiária, o Estado procurava formas de ordenação e regularizar a situação dos imóveis rurais. O latifúndio se expande, agora pela via da posse ou pela revalidação de sesmarias. Neste cenário, com a transição do modelo de mão de obra escrava, que até então fora o regime de trabalho regente, a confirmação jurídica da propriedade privada do latifúndio inicia o processo de imigração de europeus com vistas a assegurar a manutenção da poderosa máquina agrícola do país.

Neste cenário, muito embora Lei de Terras de 1850, assegurasse o direito de reconhecimento da posses até então havidas, o que contemplaria apenas os trabalhadores libertos, a mesma norma, veda qualquer aquisição de novas terras, senão pela via da compra. Assim, o Brasil formaliza o processo exclusão da amplas massas de cativos, que três décadas depois serão, juridicamente, transformados da condição de propriedade privada para a condição de libertos. Contudo, tal processo de proibição da condição de cativos não trouxe consigo qualquer tipo de medida que inserisse estas grandes massas de trabalhadoras e trabalhadores no processo de produção. Pelo contrário, a opção política adotada pelas

oligarquias, fora o subsídio para a imigração do europeu, para o regime de trabalho do colonato.

As contradições do modelo de colonato, que em sua estrutura básica, reproduzia a lógica latifundiária, impedia o acesso dos libertos à propriedade da terra ao mesmo tempo que a lei proibia novas aquisições de terras devolutas por apossamento, somada com a consciência de classe que os imigrantes carregam de suas experiências no velho continente, determinaram a organização, no século XX, de novos movimentos de resistência, agora pautando a reforma agrária como política estrutural. Os conflitos resultantes dos embates entre as reivindicações dos posseiros e sem terras com os interesses da oligarquia latifundiária, demandam do Estado a adoção de novas medidas para, novamente, tentar ordenar a estrutura fundiária.

A Lei de Terras de 1850 e o Código Civil de 1916, asseguraram a manutenção da estrutura da propriedade privada da terra de forma a não provocar alterações quanto a distribuição desta. Nesse sentido, o principal diploma que tratou da questão da regularização fundiária no século XX fora o Estatuto da Terra, de 1964, que deu as bases para os projetos militares de colonização da região da Amazônia Legal.

3 COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NA AMAZÔNIA LEGAL

Durante a primeira metade do século XX, diversas foram as medidas institucionais que tentaram remodelar o Estado brasileiro. Após a proclamação da República, a legislação brasileira, que já havia consolidado o conceito da propriedade como um direito absoluto, contudo, não havia resolvido a questão da distribuição e parcelamento do solo. A manutenção da estrutura agrária com alto grau de concentração, agrava os cenários de conflitos agrários. Estes tem sua concentração principal na região nordeste, onde as oligarquias canavieiras controlam as melhores terras e o campesinato enfrenta severos fatores climáticos, sobrevivendo nos rincões.

Na região sul e sudeste do país, as levas de imigrantes são trazidos para substituir a mão de obra escravizada nas grandes plantações de café. Lançados ao regime do colonato, são submetidos à situações de extrema exploração da mão de obra familiar. Com a crise do café, este sistema entra em colapso em grande escala restando, tão somente em alguns locais. Milhares de famílias, em condições que se assemelhavam ao refúgio em relação às suas pátrias, endossam a demanda de repartição da terra. A pauta da Reforma Agrária perpassa todo o século com movimentos sociais de pressão cada vez mais fortes e articulados.

É considerando estas imensas áreas desocupadas que Ferreira (1995), vai destacar a existência de grande extensão territorial da nação para ser ocupada enquanto a concentração populacional se concentra na região litoral. Por isso defende a urgência da marcha para ao Oeste, muito embora os projetos de colonização tenham de atender ao tema conexo da proximidade dos mercados e das vias de comunicação, a penetração através das vias pavimentadas poderá facilitar essa marcha.

A estrutura latifundiária, intimamente arraigada à estrutura estatal, não recua na redistribuição de suas propriedades e posses. Neste cenário, de agravamento dos conflitos de caráter agrário, com destaque para a guerra do Contestado no Sul do país e a organização da Ligas dos Camponeses Pobres, inicialmente no Nordeste, e com projeção nacional, o governo federal se lança, novamente, no empreendimento de colonização do Norte. Anteriormente, diversas tentativas de colonização foram feitas. Fundamentalmente se basearam na mobilização de grandes contingentes de migrantes, principalmente nordestinos, para a exploração da seringa, um vez que este produto encontrava elevado valor de mercado com o desenvolvimento da indústria Europeia. Ademais, em meados do século XX, o mundo fora varrido pela Segunda Grande Guerra, o que novamente fez elevar o valor do látex reativando os empreendimentos seringalistas. Ademais, a localização de filões de ouro, diamante e

cassiterita, especificamente no atual Estado de Rondônia, mobilizaram contingentes de trabalhadores, muito embora, por si só, tais atividades não resultaram em formação de povoadamentos consolidados.

Acerca da Amazônia Legal, destaca-se a conceituação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para quem:

A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio deste ano pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira. (IPEA 2008).

No período de transição para a república a questão das posses não entrou na pauta central da política. Acerca deste período:

No período subsequente entre a proclamação da República, em 1889 até 1964 (estatuto da terra), o problema da legitimação de posses foi posto em plano secundário. Inclusive, em 1891, é instituída uma lei que aprovava a emissão de propriedade por parte dos estados e não mais como função da União. Isso demonstra não só o desinteresse sobre o caso, como também a omissão da Federação em relação à estrutura fundiária da nação. Ainda que, do ponto de vista legal, esse período não seja significativo para análise sobre a formação da propriedade, vale ressaltar os anseios de setores das camadas populares em se procurar formas de desconcentração de terras e a tentativa de João Goulart, em 1964, de se realizar as reformas de base. Uma delas seria a reforma agrária como saída à concentração de terras e ao desemprego exacerbado, contudo, meses depois, Jango seria deposto pelo Golpe Militar. (FILHO & FONTES, 2009, p.66).

No campo da regularização fundiária diversas tentativas foram feitas. Para Jones (2003), estas buscam formas de “[...] conter e combater a ocupação ilegítima e, sobretudo, especulativa, de grandes áreas de terras públicas. É neste sentido que todas as diversas normas reguladoras do acesso e legitimação de posses e propriedades foram propostas.” Novamente a oposição da oligarquia fundiária, especuladores e grandes posseiros barraram estas tentativas. Em 1964 é publicada a Lei nº. 4.504, (BRASIL, 1964), também conhecido como Estatuto da Terra. Acerca das medidas que antecederam o Estatuto da Terra, destaca o citado autor:

A última tentativa, anterior ao Estatuto da Terra, de novembro de 1964, neste

sentido, foi, como discutido no capítulo 3, o Decreto-lei 360 no 9.760, de 1946 que, entretanto, continuava limitado às terras devolutas federais. Apesar do rigor formalmente estabelecido neste Decreto-lei, como se pode observar pelos artigos abaixo mencionados, os processos discriminatórios e de arrecadação das terras públicas federais continuaram a ser protelados quando não, efetivamente inviabilizados, pelo grandes posseiros e especuladores de terras. (JONES, 2003 p. 181).

Ademais cumpre destacar como tentativas que antecederam ao referido diploma a a criação do INIC - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - em 1954, instituído pela Lei 2.163 de 5 de janeiro. Sobre os objetivos deste instituto e outros esforços para responder a crescente pressão acerca da questão fundiária,

[...] tinha como objetivos a assistência e encaminhamento de trabalhadores migrantes nacionais e estrangeiros para as diversas regiões, a sua seleção, orientação e estabelecimento em colônias agrícolas e, finalmente, a coordenação de um programa nacional de colonização. Um ano depois, em 1955, pela Lei 2.613, de 23 de setembro, foi instituído o SSR - Serviço Social Rural - com objetivo genérico de atender “as necessidades sociais dos homens do campo”. Estes órgãos pouco puderam realizar diante das resistências de diversas ordens encontradas, sobretudo no que se referia ao acesso à áreas em condições adequadas para a instalação de seus projetos. As terras devolutas para as finalidades de colonização e assentamento, geralmente não reuniam as mínimas possibilidades de assegurar o sucesso destes, sobretudo pela suas condições de localização: as melhores terras continuavam sob o controle efetivo de grupos privilegiados, profundamente arraigados na estrutura social rural e, em particular, nas burocracias encarregadas da implementação das políticas de terra, agrícola e de colonização. (JONES, 2003, p. 182)

Neste contexto de pressões de posseiros e latifundiários, em 1962, (JONES, 2003) os mencionados órgãos são substituídos pela SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária - que tinha, institucionalmente, o objetivo mais ambicioso de elaborar e executar um Programa de Reforma Agrária. Em 1964, esta superintendência é substituída.

Acerca da construção do Estatuto da Terra, quanto a sua elaboração, conteúdo e classificação aponta que:

[...] ao contrário da ampla propaganda oficial de que a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, seria uma construção legislativa avançada, elaborada depois de minuciosos e sistemáticos estudos por um específico grupo de especialistas, na verdade esta Lei representa, como sempre foi da tradição legislativa portuguesa, uma consolidação das diversas normas que a antecederam, a começar pela Lei 601 de 1850 e fechando, com o Decreto-lei 9.760, de 1946. [...] erências anteriores, quando não, simplesmente, de negar a sua existência. Com isso não se pretende desqualificar o Estatuto da Terra e, menos ainda, desconhecer que o mesmo tenha oferecido a sua contribuição específica ao tratamento da questão fundiária. Mas trata-se de localizar a Lei 4.504, de 1964 no seu lugar adequado, no conjunto da construção histórica do ordenamento jurídico brasileiro. (JONES, 2003, p. 182-183)

Como medida normativa, o Estatuto, realizou avanços no sentido da conceituação de

padrões, tais como módulo familiar, empresas rurais, latifúndio e minifúndio, de tal forma que, em certo sentido possibilitaria a sua avaliação em termos do preceito constitucional, nos termos da Constituição de 1946.

Para Stédile (2002), acerca da Lei fundiária de 1964, apesar de apresentar caráter progressista e sinalizar importantes transformações no âmbito agrário, “pode-se afirmar que esse não saiu do papel e a reforma agrária segue sem acontecer no país”. Por isso, destaca o autor, que para a realização da Reforma Agrária, bastaria o cumprimento das normas já existentes. Acerca a questão agrária na constituição de 1988 e o Estatuto da Terra, importante destaque:

A constituição de 1988, que poderia ser um marco na execução de políticas voltadas ao campo e à redução da concentração de terras no Brasil, contudo, não obteve nenhuma inovação em relação à Lei 4.504. Pode-se dizer até que houve retrocessos, pois a nova constituição acabou por legitimar o “latifúndio produtivo”, pois não regulamentou o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo de módulos fiscais. Além disso, não foi realizada a atualização dos níveis de produtividade por módulo fiscal, assim, mantêm ainda os padrões editados em 1964. (FILHO, 2009, p. 68).

Como medida para a realização de redistribuição de terra por Reforma Agrária, o Estatuto acaba por não implementar a medida. Contudo, no período que se seguiu foram adotadas iniciativas de colonização, principalmente para as regiões Centro-oeste e Norte do país.

Acerca da distinção destes institutos, importa diferir conceitualmente os termos reforma agrária e colonização. Ferreira (1995), sustenta que o conceito de reforma agrária, embora por vezes chamado como simples assentamento de colonos em terras inexploradas, é, na verdade, um conceito mais abrangente admitindo implicitamente uma mudança sistemática do sistema agrário para melhor distribuição da propriedade visando a um aumento da produtividade. Enquanto a colonização será a ocupação ou incorporação de novas terras, particulares ou públicas, ao processo de produção agrícola.

Ao adotar a política de colonização, o governo militar, adota a política de expansão das fronteiras agrícolas para a região da Amazônia Legal. Tal ação ocorre em um período de expansão da industrialização nos grandes centros urbanos, intensificação dos conflitos agrários nas regiões nordeste, sul e sudeste em decorrência do aumento da concentração da terra e dos efeitos da expansão da Revolução Verde com a tecnificação da produção por mecanização e utilização de agrotóxicos em larga escala por um lado, e a persistência dos conflitos agrários como consequência da opção de não alterar a estrutura fundiária, de outro.

Em relação à floresta Amazônica se adota a filosofia do “*ocupar para não entregar*” se referindo à região Norte como uma grande região de terra sem gente enquanto havia trabalhadores sem terras em outras regiões. Esse conjunto de fatores leva ao Estado empreender a política de interiorização da colonização da floresta. Para tanto foram adotados vários modelos de projetos de colonização no formato de pequenos, médios e grandes parcelas de terras. No desfecho desta política de colonização, será empreendido nova tentativa de povoamento nas faixas adjacentes às linhas telegráficas abertas pelo Marechal Rondon, dentre outras iniciativas na região Norte.

3.1 OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA.

A ocupação colonial portuguesa, configurada pela utilização de rotas fluviais em busca de riquezas e drogas do sertão se iniciam no século XVII. Contudo, registra Teixeira (2015), em tese sobre as dinâmicas territoriais em Rondônia, que a ocupação efetiva se efetiva apenas a partir da descoberta da borracha na segunda metade do século XIX. Embora as propriedades da borracha já fosse do conhecimento dos indígenas, fora a partir da utilização desta como matéria-prima pela indústria que os primeiros contingentes de migrantes aumentaram.

Sobre a relação do homem com a floresta na perspectiva extrativista, destacando a ausência da finalidade fundiária desta ação, descreve a doutrina que:

A exploração da floresta, base maior da atividade econômica local, impunha a dispersão. Esse fato levava a não-sedentarização do homem, pois no início da exploração do látex, não se formou propriedade fundiária. Os extratores atiravam-se na floresta em atividades predatórias e como as zonas de coleta logo empobreciam, não havia um interesse em ter o domínio permanente sobre a terra, pois a exploração era passageira. Com o boom da borracha, a situação modificou-se. O abandono do sistema predatório de aniquilamento das árvores e o início da concorrência entre os que viviam da nova empresa tornaram necessária à ocupação permanente da terra. A legalização das posses e a formação da propriedade conforme os textos jurídicos foram decorrências das novas condições de vida que exigiram a delimitação dos seringais (MAGALHÃES, 2006, p. 57).

Neste período, o núcleo socioeconômico era o seringal. A demarcação territorial se dava (TEIXEIRA, 2015) pela quantidade de árvores de seringueira. Este padrão de definição da extensão do seringal, estabelece a grande propriedade, e a organização dos seringueiros se dava por meio da colocação.

Acerca da posse da terra na fase do ciclo da borracha, destaca-se

A posse da terra se materializou na colocação, a qual foi a base para viver na floresta, assentando os fundamentos do seringal. Os seringais se formavam à margem do rio principal onde foi construído um pequeno barracão. Porém, para fugir das cheias do rio construíam um grande barracão central em terra firme. A solução era construir as habitações e os armazéns, de modo a evitar que as águas os atingissem. O barracão maior servia para residência do seringalista, depósito de mercadorias e escritório. E os barracões menores serviam de abrigo para o seringueiro e para a defumação do látex. (TEIXEIRA, 2015, p. 19-20)

Embora tenha sido a primeira atividade econômica articulada para a exploração da região, os ciclos da borracha não lograram em formar povoados prósperos na região que constituiria o Estado de Rondônia. Outros empreendimentos desenvolvidos na região implementaram a vinda de novos grupos, tal como a construção de estrada de ferro Madeira Mamoré, com vistas ao transporte da borracha da Bolívia e as linhas telegráficas sob responsabilidade do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Estes eram vistos como empreendimentos de segurança e ocupação da fronteira. Ademais, as linhas serviram de rota para a abertura da rodovia Br-364, o que possibilitaria a ligação terrestre (TEIXEIRA, 2015), da fronteira oeste com o restante do Brasil.

Com a crise das culturas seringueiras e o declínio da borracha na Amazônia, os seringais “[...] foram sendo desativados e substituídos por unidades produtivas baseadas na agricultura de subsistência e no extrativismo vegetal”. Os seringueiros, por sua vez, endossaram o contingente de pequenos produtores, (TEIXEIRA, 2015), praticando extrativismo, criação de pequenos animais, pesca e agricultura de subsistência. Constituíam, o que Silva (2005)) denominou de campesinato na floresta os trabalhadores que permaneceram nos seringais desativados, pois a agricultura de subsistência ia reaparecendo conciliando com a extração de castanha, borracha, pimenta e outros produtos extraídos da floresta.

Dentre as medidas adotadas, pelo governo, para contenção da crise econômica causada pela diminuição da comercialização da borracha,

Em Rondônia, o primeiro programa de colonização agrícola foi criado pelo governo de Getúlio Vargas, que objetivava fixar uma população camponesa na fronteira do país. O governo recorreu à criação de Territórios Federais e colônias agrícolas para estimular o povoamento na fronteira. Pelo Decreto-lei nº 5892, de 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, futuro estado de Rondônia. O nome foi modificado em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. (TEIXEIRA, 2015, p. 23)

Foram criadas diversas colônias, com a finalidade de desenvolver a agricultura na região. Poucas prosperaram. Destacando as razões de falência destas

As principais razões da falência das demais colônias agrícolas foram: o tamanho insuficiente do lote (25 hectares) para manter a atividade lucrativa, baixa fertilidade do solo, falta de assistência técnica e financeira. Segundo Waibel (1955) o povoamento do oeste sem a manutenção do apoio aos colonos e sem garantir a colocação lucrativa de produtos agrícolas, manifestou o velho erro da colonização no Brasil. (TEIXEIRA, 2015, p. 24)

Neste contexto, eclode a Segunda Guerra Mundial, e com ela uma nova fase de demanda da borracha da Amazônia. Novas levas de migrantes, principalmente nordestinos, são trazidos pelo governo federal para a região. Com o fim desta fase, a principal atividade daqueles que ficaram na região fora a garimpagem manual. A extração de ouro, diamante e cassiterita foram as principais atividades que estes remanescentes desenvolveram, até a década de 1970, quando, “[...] os garimpeiros foram sendo eliminados, até que, em 1970, uma portaria do Ministério de Minas e Energia proibiu essa atividade.”(BECKER, 1982, p. 73). Com esta proibição, uma grande leva de garimpeiros, não vendo outra atividade econômica de subsistência, excluídos do processo mineiro, se lançaram como posseiros em marcações ou foram para as cidades.

3.2 COLONIZAÇÃO DIRIGIDA DE RONDÔNIA

A ação do Estado sobre a região se intensifica a partir da criação dos Territórios Federais. O crescente destaque das riquezas da floresta e a necessidade de intensificar a segurança nacional na fronteira, determinam maior presença pública nos empreendimentos de colonização, já que as iniciativas anteriores restaram fracassadas, quando não, com poucos resultados positivos.

Destacando a fase de intervenção pública na região, aponta:

A fase inicial da intervenção estatal e do planejamento regional ocorreu no Estado Novo, com a Marcha para Oeste. Na sequência do planejamento estatal houve a criação da Superintendência de Proteção e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). No entanto, não se obteve o êxito esperado o que levou a substituição do SPVEA, em 1966, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Que estava vinculada ao Ministério do Interior com o objetivo de: “coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais”(Becker, 1990 *apud* Teixeira, 2015, p. 28)

Para o desenvolvimento desta fase, o Banco da Amazônia – BASA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM, foram instrumentos essenciais como suportes institucionais na região na perspectiva da consolidação da colonização. Este processo, que começa com as “[...] ações do governo de Juscelino Kubitschek foram

efetivadas com a construção das rodovias que serviram para facilitar a integração rodoviária da Amazônia, cujo o slogan era ‘Integrar Para Não Entregar’ (Teixeira, 2015). Contudo, no período militar se expandiu o controle estatal sobre a região. Para tanto,

[...] o Estado contou com a ajuda financeira do Banco Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Com o uso dos recursos deste banco financiou-se o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), sob a coordenação da Superintendência da Região da Fronteira Sudoeste (Sudeco). [...]No âmbito da discussão sobre a ocupação e domínio da Amazônia, o órgão de excelência para executar o planejamento estatal foi o Incra.[...](TEIXEIRA, 2015, p. 26)

Destacando o papel estratégico do INCRA, Teixeira (2015, p. 26), aponta que “ [...] a principal função do Incra era distribuir a terra, e, ainda, o desenvolvimento do campo através do cooperativismo, arrendatários, parceiros e uso de terras públicas.”. Assim, pela primeira vez, a presença do Estado na região se dava de forma mais efetiva.

Para consolidar a migração, o governo realizou propaganda que projetava a região como local onde o migrante se depararia com fartura, o ‘Eldorado’. Por outro lado, juridicamente, procurou respaldar sua ação, conforme desta menção de Teixeira (2015, p. 28):

Além da propaganda utilizou instrumentos jurídicos para respaldar a ação do Estado na região, como por exemplo, o Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, que definiu: Art. 5º Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e promover o aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou de parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos.

Ademais, diversos, e importantes, outros marcos jurídicos foram destaque neste período. Conforme destaca Becker (1990), por meio da distribuição de terras, o governo adquiriu grande poder de barganha, demonstrando o controle e o poder sobre o território,. Destacando alguns dos mecanismos que contribuíram para a efetivação do programa de integração, aponta Teixeira (2015, p. 27):

Contribuíram para efetivar o programa de integração as mudanças na legislação como a criação do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – que prevê o uso das terras para assentamentos e projetos de produção agrícola. Neste contexto, foi criada a Lei de Terras Devolutas, nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que transferiu para o domínio da União as terras ao longo de 100 km sobre as margens das rodovias federais construídas na Amazônia Legal.

Paralelo com a colonização pública, o Estado assegurou condições para que empresas

privadas desenvolvessem projetos de colonização na Amazônia, através de incentivos fiscais, o que resultou na concentração de terras devolutas nas mãos destas empresas.. Tratando acerca deste tema, destaca-se:

A estratégia adotada na distribuição das terras devolutas beneficiou o grande capital, ignorando os proletariados. Isso se tornou possível através dos mecanismos financeiros oferecidos pelo Estado e colocados a serviço da burguesia, efetivando-se na prática a concentração da terra em mãos de poucos grupos econômicos para expansão do capital de forma protecionista (PICOLI, 2006, p. 11).

Denunciando a natureza de enriquecimento que esta prática gerou, denuncia Teixeira (2015, p. 28), para quem,

Os órgãos públicos colocaram à disposição das empresas privadas, recursos que o governo brasileiro buscou com os investidores estrangeiros para dotar a região de infraestrutura. Estes grupos econômicos que receberam incentivos do governo foram responsáveis pela construção das rodovias, redes de comunicação, usinas elétricas e aeroportos. E assim, beneficiava as empresas interessadas em expandir seus lucros ao mesmo tempo em que integrava a Amazônia, sustentando a política do 'Milagre Econômico'. Esse desenvolvimento foi oferecido aos empresários através de incentivos fiscais, mas aos pequenos produtores não foi concedido este benefício.

Ao incentivar a ocupação, com o estabelecimento de incentivos aos projetos de exploração das riquezas, um grande contingente de migrantes se deslocaram para a região da Amazônia, o que provocou graves conflitos com aqueles que já haviam se estabelecido na região. O grande e desordenado fluxo de migrantes, cujo deslocamento se facilitara pelos sistemas de rodovias, intensificara a tensão social, pois as terras públicas se tornaram insuficientes para o assentamento de todos.

Acerca do programa de colonização:

O programa de colonização teve o objetivo estabelecer uma sistemática de operacionalização que envolveu as organizações fundiárias e a promoção agrária, visando criar condições para a fixação dos colonos. O sistema de colonização começa então pela construção rudimentar de estradas de penetração, e pela delimitação de lotes retangulares cobertos por floresta virgem. Dos 100 ha distribuídos aos colonos (com exceção do PAD Burareiro onde 250 ha foram distribuídos), 50 deveriam ter sido conservados como "reserva florestal". As técnicas agrícolas aplicadas são sempre as mais simples (plantio direto após queimada); as culturas de subsistência (arroz, milho, feijão) são completadas por uma série de culturas de mercado (cash-crops) propostas por instituições governamentais (como no caso do cacau ou da borracha) ou trazidas pelos colonos (como no caso do café). (COY, 1988, p. 175, grifos do autor). Desta forma, estabeleceu-se um padrão para a colonização, dividindo as parcelas (lotes) e doando aos chamados de parceiros ou parceleiros (colonos). Para facilitar o deslocamento dos colonos e escoar a produção, foi previsto no projeto a construção de vicinais (linhas) a cada 5 km de extensão de terra. O Incra era responsável pela infraestrutura, seleção de colonos e a titulação das terras. (TEIXEIRA 2015, p. 29)

O processo de colonização dirigida pelo governo, regularizava as terras vendidas pelas empresas privadas. Para Teixeira (2015), neste cenário, a comercialização de terras públicas pelas colonizadoras particulares era constante. Os conflitos gerados por estas práticas suscitou a intervenção do governo federal. Dissertando sobre os impactos destas colonizadoras, destaca-se,

A extinção da garimpagem manual bem como a abertura da BR-364 com a descoberta de terras férteis em Rondônia oportunizou a iniciativa privada a contribuir na absorção do contingente migratório e ofereceu aos trabalhadores ruralistas o acesso a propriedade o que se deu primeiramente através do loteamento rural da gleba Pirineus localizada no atual município de Ji-Paraná executado pela Calama S/A que aliada a outras colonizadoras particulares foram atraídas por incentivos governamentais objetivando incrementar o processo produtivo da agricultura rondoniense. A colonização particular não atingiu objetivos satisfatórios e o governo toma a responsabilidade da regularização de terras (CUNHA, 2011, p. 63).

Diante dos casos graves de comercialização de terras públicas por algumas colonizadoras, esta forma de colonização privada se torna restrita. Contudo, destaca Teixeira (2015, p. 30) que o INCRA, visando resolver os conflitos, regularizou a posse das terras vendidas. E prossegue:

[...] o Governo deu importância à colonização agrícola, porém muitos desses projetos foram implantados em territórios ocupados por indígenas e seringueiros. A política agrícola ocasionou desordem na regularização fundiária, exemplo, a situação jurídica das colonizadoras privadas. Sobre as colonizadoras privadas destaca-se: “A principal diferença com a Calama SA é que a Itaporanga SA não possui nenhum direito sobre as terras que ela vende já que se trata de terras devolutas, propriedade da União, de terras da Funai ou de uma parte das terras da Gleba Corumbiara.” (TEIXEIRA 2015. p. 30)

Dissertando acerca do aspecto de “contra-reforma agrária” da política de colonização dirigida e arrecadação de terras em Rondônia, destaca que:

Os projetos de colonização desenvolvidos na Amazônia têm obedecido a mecanismos diversos, porém todos centrados na raiz da questão estrutural agrária do país: a negação do acesso à terra à maioria dos trabalhadores do campo. Dessa forma, o processo de apropriação privada da terra, na Amazônia, via colonização, não pode ser elucidada como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva da lógica de desenvolvimento na qual está inserida. [...] no discurso a política de arrecadação de terras promovida pela colonização dirigida tratava-se de uma necessidade geopolítica de ordenamento fundiário, para se fazer frente a “ocupação” desordenada de terras por invasores, grileiros, ocupantes. Entretanto, tratava-se de um mecanismo de controle ao acesso à terra, repelindo qualquer intento de ocupação espontânea das terras da Amazônia e assumindo, na prática, uma contra reforma agrária [...] (RIBEIRO, 2016 p. 48)

No mesmo sentido, acerca do aspecto de exclusão de grandes massas de trabalhadores, destaca a doutrina que,

uma das características marcantes da colonização no Brasil contemporâneo é justamente produzir uma grande massa de excluídos, tanto a minoria preestabelecida, como também os que chegam à procura de terra. Portanto, uma das características da moderna colonização na Amazônia é justamente impedir um número considerado de indivíduos de ter acesso à terra, ao mesmo tempo em que não se tornam trabalhadores assalariados. A demanda de serviços de diversos setores da economia é insuficiente para atender aos trabalhadores sem-terra. (AMARAL, 2004, p. 45)

Operacionalmente, “[...] a colonização dirigida em Rondônia foi um modelo fundiário agrícola capitalista, emanado de contradições que, no entanto, desmantelou – em boa parte – o domínio dos seringalistas,” (Ribeiro, 2016). Neste sentido, as estratégias de colonização se basearam, fundamentalmente nos “Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento (PA).” Sobre este,

Os PIC’s e os PAD’s foram as estratégias de colonização mais adotadas pelo Governo Federal em Rondônia; entretanto, possuíam distinções em suas estratégias. No PIC, o INCRA assume a responsabilidade da organização territorial, da implementação da infraestrutura física e da administração do projeto, bem como a promoção da habitação rural, do armazenamento e da comercialização da produção. Já no PAD, além disso, os parceiros deveriam possuir conhecimento agrícola e dispor de recursos financeiros e de experiência com o crédito agrícola. (Amaral 2004 *apud* RIBEIRO, 2016, p. 51)

Conforme destacado anteriormente, no processo de colonização de Rondônia, o INCRA se destacou como o principal órgão federal em atuação na região. Durante a implementação dos projetos de colonização dirigida, Martins (2012), destacando acerca da formação da Gleba Corumbiara, aponta.

No processo de ocupação de Rondônia, foram criados cinco Projetos Integrados de Colonização (PIC), dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), distribuídos em vários municípios do Território (SOUZA, 2006, p. 31). A título de exemplo, a ocupação da Gleba Corumbiara não foi diferente de outras regiões do Estado de Rondônia. Os lotes de dois mil hectares já haviam sido definidos pelo INCRA no ano 1976, sendo que esses, em tese, não poderiam ser de um único proprietário. A demarcação dos grandes lotes foi executada pela Empresa Expansão Ltda., que os limitavam por picadas, permitindo comprovar facilmente a concentração de terra, entre pessoas da mesma família. (MARTINS, 2012, p. 4-5).

E prossegue, destacando acerca da áreas de licitação.

Segundo Mesquita (2001, p. 64), além dos projetos de colonização havia ainda dois outros programas de ocupação do espaço em Rondônia, que o INCRA utilizava: a) Áreas de Licitação – que foram glebas que variavam de 200 a 2000 ha postos em Licitação Pública; b) Áreas de Regularização Fundiária – que foram áreas normalmente ocupadas e que iam sendo regularizadas junto ao INCRA. Estas áreas, em sua maioria, eram extensões dos projetos de colonização ocupados nos mesmos padrões (lotes de 100 ha.) pelos que não conseguiram ser selecionados para os projetos. O INCRA expedia, em cada situação, as Licenças de Ocupação (LO), Autorização de Ocupação (AO) e o Título Definitivo (TO), sendo que este último somente era expedido após determinado período das expedições de dois primeiros, associados aos prazos de carência de serviços da colonização ao INCRA, onde eram comprovadas as “benfeitorias” em cada área. (MESQUITA, 2001, p. 65 *apud* MARTINS, 2012, p. 5)

Com fim de licitar os lotes de terras, a autarquia agrária organizou as concessões em diferente tipos de Títulos de Propriedade (TP). Acerca destes títulos e da corrida pela acumulação de terras:

O Estado, como forma de favorecer e legitimar a corrida pela acumulação de terras devolutas na Amazônia, em sua arrancada histórica para o progresso entre as décadas de 60 a 80, tornou-se uma máquina de expedição de diferentes espécies de títulos de terra, provisórios e definitivos que podem chegar a 120mil casos em 15 milhões de hectares. Os tipos de títulos emitidos foram: Título de Propriedade (TP), Título Definitivo com Cláusula Resolutiva (TD) Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV), Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP), Licença de Ocupação (LO), Título Definitivo Transferido com Ausência (TDTA), Título Definitivo Sujeito a Re-afirmação (TDSR), Contrato de Direito Real de Uso (CDRU), Contrato de Concessão de Domínio de Terras Públicas (CCDTP), Contrato de Concessão de Terras Públicas (CCTP), Título Definitivo Liberado (TDL), Título de Domínio (TD), Autorização de Ocupação (AO), Contrato de Cessão de Uso (CCU) e Autorização Provisória de Título (APT). (RIBEIRO, 2016, p. 68).

E prossegue acerca da diferenciação dos títulos utilizados,

[...] Cada um destes títulos previa diferentes deveres no âmbito da regularização de ocupação, como também a utilização de normativos internos diversos. Em virtude da forma e, principalmente, da funcionalidade como foram expedidos, em sua maioria, apresentam quantidade e gravidade de erros insanáveis, “com fraudes particulares que contam com a convivência de funcionários e autoridades altamente colocados na hierarquia administrativa daquela época” (PINTO, 1980, p. 124). Assim, esse nascedouro de títulos de terras que tem como genitor o Estado, produziu uma série de problemas que expõe a face desse imbróglio fundiário, que é: a ausência de efetiva ordenação fundiária. Podemos citar os seguintes problemas fundiários da Amazônia: superposição de títulos com limites imprecisos; títulos sem amarração; títulos emitidos fora da fronteira do território; títulos em áreas de reserva legal; fraudes no registro de títulos; influência política/econômica na região; irregularidades em colonizadoras; permuta de áreas sem critérios técnicos; invasão de áreas etc. (RIBEIRO, 2016, p. 68).

Conforme destacado pelos autores acima mencionados, o processo de colonização dirigida resultou em diversos entraves fundiários, seja da ordem de sobreposição de títulos, fraudes de concessão, descumprimento de condições resolutivas, dentre outros. Acerca desta

face da questão fundiária, importante a elucidação:

Existia uma não adequação entre o projeto real e o projeto apresentado nos mapas do INCRA. Isto se deve ao fato de os projetos terem sido implantados em áreas que conflitavam com interesses de alguns políticos, empresários e outras pessoas de influência no Estado. [...] Um fato que nos chamou a atenção foi o registro de posses de lotes, dentro de alguns projetos de assentamento, por empresas privadas, uma vez que estão proibidas, por lei, de obterem título de propriedades de lotes destinados à reforma agrária, como é o caso de irregularidades dessa ordem encontradas no PA Vale do Rio Jamari e no PA Rio Preto de Candeias (AMARAL, 2007, p. 91 *apud* RIBEIRO, 2016, p. 70).

Dentre as formas de Títulos de Propriedade licitados, com cláusula resolutivas, consistente, geralmente, na obrigação do licitante em desenvolver empreendimento agrícola proposto no projeto de concessão, em período instituído contratualmente estabelecido, sob pena de reversão do lote ao patrimônio da União, os Contratos de Alienação de Terras Públicas – CATP, consistiam, geralmente, em lotes de 2000 hectares. Acerca destes, desta Ribeiro (2016) que “[...] outros fatores contribuíram decisivamente na conformação do caos fundiário em Rondônia que, atualmente, pretende-se enfrentar: a não anulação de títulos precários irregulares, principalmente os CATP.”

No mesmo sentido é a descrição

a situação dominial da posse da terra não definida favoreceu as operações fraudulentas de grilagem cartorial, no qual latifundiários na Amazônia usurparam de terras devolutas ao registrar em cartório hectares superiores ao que possuíam de forma legítima. Cita como exemplo a Empresa Transnacional Atlântica – Boa Vista, que possuía um seringal antigo chamado Califórnia, no Vale do Euvira no Estado do Acre, com título legítimo de 300 hectares e se apropriaram de 356.000 hectares. A esse fenômeno de (re)criação dos imensos latifúndios grilados na Amazônia pelo mecanismo doloso cartorial, que Orlando Valverde denominou de hectares elásticos. (VALVERDE 1993 *apud* RIBEIRO, 2016, p. 70)

Diante deste quadro, que configurado das políticas de concessão de terras para particulares nas décadas de 1970 e 1980 que, Costa (2006), tem-se notícia que foram licitados algo em torno de 1,5 milhão de hectares com aproximadamente 1.100 licitantes. Estes contratos contêm cláusulas de resolutibilidade, que uma vez não cumpridas de encerrariam com a consequente retomada destas áreas para os domínios da União resguardado o direito de indenização.

Destaca o autor que “[...] urge que o Estado tome providências quanto à detenção irregular ou precária das terras públicas. Índice muito grande de terras públicas federais, bem como também das estaduais e das municipais encontram-se detidas irregular ou precariamente Brasil afora.” (COSTA, 2006, p. 133).

Nesse sentido o autor defende que o Estado ainda deve à sociedade uma solução equânime, que possibilite que se conheça a malha fundiária e se possa ter uma matriz agrária que proporcione uma verdadeira política agrícola, em especial da pequena e média propriedade, viabilizando uma alavancada da agricultura familiar.

Destacando que o processo de ocupação das terras brasileiras fora desordenada, Costa (2006) destacando o aspecto da tradição jurídica de retomada de terras públicas ilegalmente ocupadas, aponta que

Há muito o ser humano já entendeu que se deve racionalizar a ocupação do espaço demográfico e agrário. Estamos com exatos 2.138 anos de atraso, afinal a Lei de Semprônia, de Tibério Gracco, já em 133 a. C. determinava em seu art. 1^a, verbis: 'I - Que todas as terras públicas, ilegalmente ocupadas, sejam retomadas. (COSTA, 2006, p. 134)

Consoante a tese da necessidade de acompanhamento da situação fundiária destas glebas em situação de não cumprimento das condições resolutivas, e que apresentam elevado grau de conflitos agrários, CPT (2017), em decorrência da grilagem das mesmas, foram ajuizadas dezenas de ações judiciais e administrativas por parte da Advocacia-Geral da União. de retomada destas áreas, muitas das quais com matrícula em registro imobiliário, tendo sido muitos destes cancelados conforme apresentou o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito acerca da ocupação de terras públicas na região Amazônica (BRASIL, 2002).

Além das ações que buscaram a resolução destas áreas, que resultaram em centenas de cancelamentos de matrículas com a reversão das áreas ao patrimônio da União e subsequente redestinação das mesma, no âmbito legislativo foram produzidas legislações no sentido de tentar promover a regularização fundiária na Amazônia Legal. Dentre estas, merece destaque a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 (Brasil, 2009), que instituiu o programa Terra Legal. Ademais, no ano de 2017, o congresso brasileiro aprovou o projeto de conversão da Medida Provisória 759, elaborando a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, dispondo sobre a regularização fundiária rural e urbana (Brasil, 2017). Esta última, contudo é objeto de ações diretas de inconstitucionalidade, questionando tanto seu aspecto formal de produção, quando diversos de seus dispositivos materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a formação da propriedade privada, em especial, como a ser humano estabeleceu esta forma de lidar com a terra, se firma como elemento essencial para estabelecer os processos que resultaram no fenômeno da colonização.

A questão agrária, entendida como um complexo de relações do ser humano com a terra, com a finalidade de nela produzir e reproduzir a sua existência esteve presente nas civilizações desde os registros da Antiguidade. Desde então, com a instituição da noção de propriedade privada sobre o bem imóvel do solo, com a formação de grupos que se despontaram com a acumulação de poder sobre parcelas maiores do território, na perspectiva do direito natural ao apossamento de parcela deste solo, de um lado, e a defesa dos privilégios e da manutenção do poder que a propriedade agrária propiciava, se instaurou o conflito. Assim surge o Estado, para mediar este conflito.

Nesta perspectiva fora a leitura dos primórdios da noção de reforma agrária, que, concebida desde a Roma antiga, ainda encontra resistência em alguns países, principalmente, no caso brasileiro ao se despontar com um dos maiores concentradores da propriedade da terra. Assim, se estabeleceu, em distinção conceitual do processo de colonização e de Reforma Agrária, destacando que, esta é, historicamente registrada, como condição de pacificação social no campo.

É neste sentido, que as medidas de colonização, tanto no Brasil Colônia, quando no período republicano, não lograram êxito na perspectiva de inclusão das massas de trabalhadores. Seja pelo aspecto privatista como fora adotado em alguns momentos, seja com as tentativas de controle do Estado. As distorções de finalidade, ou mesmo de concepção, durante estes empreendimentos colonizadores, levaram ao crescente recrudescimento da tensão no campo, fazendo do Brasil um dos países mais violentos e litigiosos com relação a questão fundiária.

É nesta perspectiva, que o discurso oficial regularização fundiária, tida com

demarcação e titulação, com a transposição do território ao domínio privado, não oferece condições de dar respostas sociais e jurídicas adequadas, por si só, ao problema fundiário brasileiro, em especial, em relação às terras públicas. Destaca-se estas, por, na região amazônica, serem palco dos mais sangrentos conflitos possessórios, conforme é destacado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra – CPT.

A regularização fundiária, como política pública articulada com medidas de justa distribuição da posse de terras agricultáveis, pode ser instrumento de pacificação no campo e essencial para o desenvolvimento econômico viável e a proteção do meio ambiente amazônico. Nesta perspectiva, que as ações de combate à grilagem seja ela cartorial ou legislativa, são essenciais para a interrupção de ciclos viciosos na história brasileira acerca da questão agrária. Para tanto se buscou a realização da pesquisa para compreender os antecedentes dos processos de regularização, buscando estudar a doutrina acerca da formação da propriedade privada e da forma como se operou o apossamento excludente da terra no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1824) **Constituição Política do Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 06. jun. 2018.

BRASIL, **Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111952.htm>. Acesso em 14 mar. 2017.

BRASIL, **Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm>. Acesso em 14 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata**. Joaquim Modesto Pinto Junior, Valdez Farias (Org.). Brasília, 2007.

BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. **Fronteira Amazônica**. São Paulo, UNB e UFRJ, 1997.

BULOS, Uadi Lamemêgo. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARDOSO, Patrícia de Menezes. **Democratização do acesso à propriedade pública no Brasil: função social e regularização fundiária**. 2010. 306 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, SP, 2010. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9122>>. Acesso em 14 mar. 2016.

CARVALHO, Francisco José. **Função Social da propriedade**. 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP, São Paulo, SP, 2007. <www.fadip.com.br/download/5.2_funcao_social_da_propriedade.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.

CPT. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Entremares, 2017.

CORTIANO JUNIOR, Eroulths. **O Discurso jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do ensino do Direito de propriedade.** Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

COSTA, Hélio Roberto Novoa da. Retomada de terras públicas: A situação do Estado de Rondônia. In: **Revista de Direito Agrário**, MDA|INCRA|Nead|ABDA, Ano 19, nº 18, 2006.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. **Os Projetos de Colonização em Rondônia.** Revista Zona de Impacto, Vol. 16, Ano 13, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Golçalves. **Curso de direito constitucional.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013. 1 v. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/construindo-um-estilo-de-pensamento-na-questão-agrária-o-debate-paradigmático-e-o-0>>. Acesso em: 12 Abr. 2017.

FERREIRA, Pinto. **Curso de direito agrário.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

FILHO, José Luiz Alcantara. FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. In: **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2017.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais.** 19. ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid. Acesso em: 25 jun. 2018.

JONES, Alberto da Silva Jones. **O mito da legalidade do latifúndio. Legalidade e grilagem no processo de Ocupação das Terras Brasileiras. (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra).** Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2003, Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/politicafundiaria/PoliticaFundiaria.pdf>>.

> Acesso em: 17 Mai. 2017.

JUNQUEIRA, Messias. **O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas**. São Paulo: Lael, 1976.

LIMA, Ruy Cirne. **1908: pequena história territorial brasileira: sesmarias e terras devolutas**. 4. ed. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. rev. Amp. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MENDONÇA, Manuela. De alcaçovas a Tordesilhas: a terra de Vera Cruz. In: **História Revista**, 9. Jan./Jun. 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4852229.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. 3. ed., v. 11. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2004. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/66201>> Acesso em: 14 jan. 2018.

NEGRI, Mariana Carvalho de Ávila. **Propriedade e regularização fundiária na Amazônia Legal: os propósitos da norma e a propriedade amazônica como uma nova instituição**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18296>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 18. ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PIAZZA, Walter Fernando. Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina. In **Anais do VIII simpósio nacional dos professores universitários de História**. Vol II. São Paulo: 1976. Disponível em: <anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.28.pdf>. acesso em: 15 de mar. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO JR., CAIO. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. Editora Brasiliense, 1979.

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Presença, 1946.

REIS, Ana Terra. BATISTA, Francine Batista (org.). . ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

RIBEIRO, Alyson Fernando Alves. **A regularização fundiária como (in)solução para a**

questão agrária: o desvelar do Programa Terra Legal Amazônia no Cone-Sul de Rondônia. Porto Velho, 2016. Dissertação de Mestrado em Geografia. Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR. Disponível em: <www.ppge.unir.br/uploads/99999999/dissertacoes/MESTRADO/TURMA%202014/Alyson%20Fernando_Turma%202014_1.pdf>. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

SILVA, José Afonso da. . **Curso de direito Constitucional positivo.** . 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Sérgio S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, v. 4: direito das coisas.** 6 ed. rev., atual e amp. São Paulo: Método, 2014.

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970-2004).** Porto Alegre, 2015. Dissertação de Mestrado em História -Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, PUCRS. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10923/7523>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

VALLIM, João Rabello de Aguiar. **Direito imobiliário brasileiro: doutrina e prática.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: Um estudo de história do direito brasileiro.** Rio de Janeiro: Renovar, 2005.